



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE DIREITO**  
**CURSO DE DIREITO**

**LÍVIA PORTELA MONTEIRO**

**ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL À LUZ DA  
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E DOS PARÂMETROS INTERNACIONAIS: A  
QUESTÃO DOS MÉDICOS CUBANOS**

**FORTALEZA**

**2014**

LÍVIA PORTELA MONTEIRO

ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL À LUZ DA  
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E DOS PARÂMETROS INTERNACIONAIS: A  
QUESTÃO DOS MÉDICOS CUBANOS

Monografia apresentada ao curso de Direito da  
Faculdade de Direito da Universidade Federal  
do Ceará (UFC), como requisito parcial à  
obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Beatriz Rêgo Xavier

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Setorial da Faculdade de Direito

- 
- M776a Monteiro, Livia Portela.  
Análise do programa mais médicos para o Brasil à luz da constituição brasileira e dos parâmetros internacionais: a questão dos médicos cubanos / Livia Portela Monteiro. – 2014.  
90 f. : color., enc. ; 30 cm.
- Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Curso de Direito, Fortaleza, 2014.  
Área de Concentração: Direitos Humanos.  
Orientação: Profª. Dra. Beatriz Rego Xavier.
1. Direitos humanos. 2. Contrato de trabalho. 3. Direitos fundamentais - Brasil. I. Xavier, Beatriz Rego (orient.). II. Universidade Federal do Ceará – Graduação em Direito. III. Título.

LÍVIA PORTELA MONTEIRO

ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL A LUZ DA  
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E DOS PARÂMETROS INTERNACIONAIS: A  
QUESTÃO DOS MÉDICOS CUBANOS

Monografia apresentada ao curso de Direito da  
Faculdade de Direito da Universidade Federal  
do Ceará (UFC), como requisito parcial à  
obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>ª</sup> Dra. Beatriz Rêgo Xavier (orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Hugo de Brito Machado Segundo  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Mestrando Pedro Henrique de Araújo Cabral  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

*A Deus e a minha família.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, eu agradeço a Deus por seu amor e bondade que dia a dia me cercam. O seu cuidado, proteção e infinita graça são como bálsamo sobre a minha alma e, nos momentos mais difíceis, me fazem continuar. Todas as suas obras são belas e a justiça eterna permeia seus desígnios. Desejo que todos os meus passos sejam dados em sua honra. Sempre.

Agradeço também a toda a minha família. Aos meus pais, Fabíola e Aduino, por todo amor, cuidado, paciência, ânimo e por sempre acreditarem em mim. Em toda a minha vida, vocês foram exemplo de amigos, pais e pastores. Com vocês, aprendi a amar e temer ao Senhor, e, sem que vocês tentassem ensinar, suas vidas me mostraram o significado real de moral, caráter, honra, lealdade. Vocês são um presente de Deus pra mim. Ao meu irmão, Davi, por ser meu amigo querido, sempre preocupado em servir e em dar o seu melhor. Obrigada por me ouvir e tornar meus dias melhores.

Agradeço aos meus avós, Kléber e Maria Alice, por todo amor, cuidado e por tudo o que investiram para que eu chegasse ao fim d/essa jornada. Agradeço aos meus avós, Aduino Monteiro (*in memoriam*) e Dalva, por compartilharem de minhas alegrias. Agradeço ainda aos meus tios e primos, que sei que também torcem muito por mim.

Aos meus amigos e irmãos da Rio, especialmente à Mafalda, agradeço por todo carinho e orações. É bom estar com vocês. A todos deixo um grande abraço.

Deixo, também, os meus agradecimentos a todos os amigos da Faculdade de Direito, em especial aos do grupo P.V. (Alexandre Lai, Andressa, Bianca Berdine, Bruna Kelly, Carlos Henrique, Géssica, Guilherme, Raquel, Lutzenfannia, Marcello, Marwil, Paulo Paulwok e Paulo Victor). Agradeço também a Bianca Collaço, Vitória e Anna Natally. A companhia de vocês durante a faculdade tornou minhas manhãs mais leves e alegres. Saibam que vocês são muito queridos.

À professora Beatriz Rêgo Xavier, por ter aceitado o convite para ser minha orientadora. Sua paciência e incentivo, além de sua disposição em me ajudar, foram de extrema valia para concretização desse trabalho.

Aos professores Hugo de Brito Machado Segundo e Pedro Henrique de Araújo Cabral, pela gentileza de terem aceitado o convite para participar da Banca Examinadora desta monografia.

Por fim, agradeço também aos demais professores e funcionários da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará e a todas as pessoas que contribuíram para a minha formação.

*“Só os homens de bem podem amar vigorosamente a liberdade; os demais amam, não a liberdade, mas a licença.”(John Milton)*

## RESUMO

O presente trabalho se dedica à análise do tratamento dispensado aos médicos cubanos participantes do Programa Mais Médicos Para o Brasil, instituído pelo Governo Federal pela Lei 12.871/2013, à luz da Constituição Federal e de convenções internacionais de direitos humanos. O estudo mostra-se pertinente devido à grande quantidade de denúncias e objeções levantadas contra o Programa desde a data de seu anúncio. O governo brasileiro, através de convênio com a OPAS/OMS, promoveu a vinda de um grande contingente de médicos, em sua maioria cubanos, para atender regiões mais necessitadas do país. Os médicos integrantes do Programa participariam formalmente de um programa de intercâmbio para aperfeiçoamento acadêmico e fariam jus a uma bolsa-auxílio de 10 mil reais. No entanto, se constatou que os termos dos contratos firmados com os médicos cubanos eram diferentes dos propostos a médicos de outras nacionalidades. Os termos dos contratos daqueles profissionais, inicialmente desconhecidos, lhes impunham limitações a direitos fundamentais e lhes previam um menor valor a título de bolsa-auxílio. A pesquisa encontra-se subdividida em três partes. A primeira traz considerações gerais sobre a natureza, evolução e aplicação dos direitos fundamentais nos planos nacional e internacional. A segunda aborda o contexto histórico e conjuntura social e estrutural que justificaram a proposição do Programa Mais Médicos, especialmente em relação à saúde pública brasileira. A terceira parte propõe-se a confrontar infrações a direitos investigadas às previsões constantes na legislação interna e nos diplomas internacionais. Dedicase especialmente aos direitos de liberdade a locomoção, a intimidade e a isonomia. A metodologia empregada consiste essencialmente em pesquisa bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Programa Mais Médicos. Médicos cubanos. Liberdade de locomoção. Direito a intimidade. Isonomia.



## ABSTRACT

The present study is devoted to the analysis of treatment accorded to Cuban physicians participating in the “Program Mais Médicos para o Brasil”, instituted by Federal Government by Law 12,871/2013, in the light of the Constitution and international human rights conventions. The study shows to be pertinent because of the large amount of complaints and objections to the Program from the date of its ad. The Brazilian government, through an agreement with PAHO/WHO has promoted the arrival of a large contingent of doctors, in its most Cubans, to meet the most deprived regions of the country. The physicians in the Program would participate, formally, in an exchange program for academic improvement and would be entitled to a grant aid of 10 thousand reais. However, it was found that the terms of contracts with the Cubans doctors were different from those offered to physicians from other nationalities. The terms of the contracts of Cubans, initially unknown, imposed them limitations to fundamental rights and provided them a lesser amount as stipend. The research is subdivided into three parts. The first part holds general considerations about the nature, evolution and application of fundamental rights at national and international levels. The second one addresses the historical context and the social and structural situation that justified the proposition of Programa Mais Médicos, especially in relation to Brazilian public health. The third part proposes to confront violations of rights which were investigated to the provisos contained in domestic legislation and international diplomas. Devotes special attention to the rights of free locomotion, intimacy and equality. The methodology consists essentially in bibliographic and documental research.

**Keywords:** Human Rights. Programa mais Médicos. Cuban doctors. Freedom of locomotion. Right to privacy. Equality.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....</b>	<b>12</b>
2.1 Direitos humanos, direitos fundamentais e direitos do homem.....	14
2.2 Titularidade dos direitos fundamentais.....	15
2.3 Direitos fundamentais na constituição de 1988.....	16
2.4 Direitos humanos e o controle de constitucionalidade na Constituição de 1988.....	18
2.5 Tratados internacionais de direitos humanos e a constituição de 1988.....	20
<b>3 CONTEXTO HISTÓRICO: PROGRAMA MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL.....</b>	<b>22</b>
3.1 Do direito à saúde no Brasil.....	25
3.2 Do Programa Mais Médicos para o Brasil.....	29
<b>4 PROGRAMA MAIS MÉDICOS: A QUESTÃO DOS MÉDICOS CUBANOS.....</b>	<b>32</b>
4.1 Do direito à liberdade de locomoção.....	32
4.2 Do direito a intimidade.....	35
4.3 Isonomia: do dever de repassar integralmente as bolsas acadêmicas aos médicos cubanos à semelhança dos demais médicos estrangeiros e dos brasileiros participantes do Programa.....	38
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>
<b>ANEXO A – REGLAMENTO DISCIPLINARIO – RESOLUCIÓN 38/2005.....</b>	<b>47</b>
<b>ANEXO B – CONTRATO INDIVIDUAL PARA LA PRESTACIÓN DE SERVICIOS PROFESIONALES Y TECNICOS EN EL EXTERIOR.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO C - RESOLUCIÓN N° 168 “REGLAMENTO DISCIPLINARIO PARA LOS TRABAJADORES CIVILES CUBANOS QUE PRESTAN SERVICIOS EN EL EXTERIOR COMO COLABORES”, 29 DE MARZO DE 2010.....</b>	<b>67</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento e aplicação dos direitos humanos se destacam nos ideais das sociedades modernas. O princípio da dignidade da pessoa humana orienta a produção de constituições nacionais e de convenções internacionais. É preocupação dos povos estabelecer em seus ordenamentos jurídicos direitos e garantias que resguardem àqueles que se encontram em seus territórios contra ofensas a seus direitos fundamentais.

O presente estudo terá por foco as questões suscitadas a respeito da vinda dos médicos cubanos para o Brasil por ocasião do Programa Mais Médicos, em especial, as infrações aos seus direitos fundamentais. A pertinência do tema se confirma devido à grande quantidade de denúncias e objeções levantadas contra o Programa desde a data de seu anúncio.

Ocorre que, ao instituir o Programa Mais Médicos para o Brasil, através da Medida Provisória 621/2013, posteriormente convertida na Lei 12.871/2013, o Governo Federal promoveu a vinda de um grande contingente de médicos estrangeiros para atender regiões mais necessitadas do país. Os médicos integrantes do projeto participariam, formalmente, de um programa de intercâmbio para aperfeiçoamento acadêmico e fariam jus a uma bolsa-auxílio de cerca de 10 mil reais. No entanto, foi denunciado que os termos dos contratos firmados com os médicos cubanos eram diferentes dos propostos a médicos de outras nacionalidades.

O processo de contratação dos profissionais cubanos, segundo dados do Governo Federal, se deu mediante um acordo de cooperação internacional entre o Ministério da Saúde do Brasil e a OPAS/OMS, e desta com a Sociedade Mercantil Cubana Comercializadora de Serviços Médicos, S.A.. No sítio eletrônico dedicado ao Programa, encontra-se a documentação referente aos termos de cooperação OPAS/OMS e Ministério da Saúde.

Contudo, os documentos da negociação referentes à via cubana não são de teor público. Quem quer que deseje averiguar detalhes do acordo, não disporá de fontes oficiais. Neste ponto, se confirma o valor da imprensa investigativa.

Compreende-se que a imprensa independente é de fundamental importância para a manutenção de uma sociedade livre. Dificilmente as informações contrárias aos interesses de governos ou grupos políticos chegariam ao conhecimento dos cidadãos, não fosse o papel atuante de jornalistas e editores engajados.

Mesmo diante da negativa dos governos cubano e brasileiro de expor ao público suas resoluções e acordos, não caberia ao estudioso do Direito se acovardar diante do tema. Antes, deveria transpor as barreiras do que está consolidado em livros ou em fontes oficiais e dedicar-se às questões que surgem no dia a dia da sociedade, buscando oferecer sua contribuição.

E a isto se dedica a autora.

Assim sendo, neste trabalho, serão consideradas fontes, guardados os devidos cuidados, informações colhidas em sítios oficiais do governo, pareceres e artigos produzidos por juristas, relatórios de pesquisas, depoimentos de autoridades e de participantes do Programa, documentos e informações veiculadas em jornais e revistas de grande circulação e demais publicações nacionais ou estrangeiras.

A técnica utilizada neste trabalho consiste, basicamente, na análise de documentos e depoimentos publicados a respeito do tema. Seus conteúdos, então, são confrontados com preceitos de Direito nacional e internacional e com posicionamentos da doutrina jurídica brasileira, tendo em vista a subsunção dos fatos às normas.

A metodologia empregada foi a de pesquisa bibliográfica e documental. Foram feitas consultas a livros, artigos científicos, dissertações e teses para fundamentar aspectos teóricos. Também se investigou a existência de contratos e regimentos, que se prestaram a fundamentar informações atinentes à esfera prática do Programa.

A pesquisa se divide em três partes. A primeira traz considerações gerais sobre a natureza, evolução e aplicação dos direitos fundamentais nos planos nacional e internacional. A segunda aborda o contexto histórico e conjuntura social e estrutural que justificaram a proposição do Programa Mais Médicos para o Brasil, especialmente em relação à situação da saúde pública brasileira. Também se explana, de forma geral, o Programa Mais Médicos para o Brasil. A terceira parte se propõe a confrontar as infrações a direitos investigadas com as previsões constantes na legislação interna e nos diplomas internacionais para que se fundamente posição sobre os aspectos trabalhados.

Aborda-se, para os fins desse estudo, as questões referentes a três infrações a direitos fundamentais reiteradamente denunciadas, quais sejam a mitigação da liberdade de locomoção dos médicos, do direito à intimidade e do dever de isonomia do Estado brasileiro no tratamento dos médicos cubanos em relação aos demais participantes do Programa. Note-se que este estudo não teve por foco exaurir todas as possíveis ilicitudes do Programa. Antes, ateuve-se à análise detalhada dos pontos citados.

## 2 CONSIDERAÇÕES SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS

A origem dos direitos fundamentais remonta os tempos antigos. Ao citar o livro do Gênesis, com a formação do homem à imagem e semelhança de Deus, Alexy<sup>1</sup> demonstra como desde a Antiguidade seus fundamentos estão presentes no modo de pensar dos homens. No entanto, até atingirem o estágio atual, foi necessário que se amadurecesse a ideia de que o ser humano poderia ser titular de direitos independentemente de sua condição social, mas simplesmente por ter a condição humana.

Para Bobbio, os direitos naturais do homem são direitos históricos, nascidos no início da era moderna, juntamente à concepção individualista de sociedade e tornaram-se um dos principais indicadores do progresso histórico<sup>2</sup>. As constituições modernas, por sua vez, trazem em sua base o seu reconhecimento e proteção, garantindo-os.

Os direitos fundamentais não são os mesmos em todas as épocas. Eles são fruto de um processo de amadurecimento em que, gradativamente, o homem se tornou o foco da lei e das relações sociais. O indivíduo assumiu a primazia das relações sociais, que antes tinham por centro o Estado ou a coletividade. Esta mudança de paradigmas tem por base o princípio da dignidade da pessoa humana.

O princípio da dignidade da pessoa humana consiste no entendimento de que o ser humano possui um valor inerente a si mesmo. Não há nada que o Estado, a sociedade ou mesmo outros indivíduos possam fazer para alterá-lo, pois sua única fonte é a condição humana do ser.

Desse conceito depreende-se serem os direitos fundamentais inalienáveis, irrenunciáveis, imprescritíveis e universais, visto serem ligados à condição imutável do ser. O caráter universal destes direitos não exclui, no entanto, sua faceta relativa, no sentido de ser a sua concretização, e até sua definição, produto da cultura e da história de cada povo. Isto é, o que, até um dado momento, não se caracterizava como um direito pode, por razões diversas, vir a se consolidar como tal.

Para fins de classificação, a evolução dos direitos fundamentais pode ser dividida em gerações ou dimensões. A crítica ao uso do termo “geração” se faz por se entender que os direitos não são sucessivos, não sendo o anterior ofuscado pelo advento do próximo, mas são complementares, e/ os posteriores devem ampliar e aperfeiçoar os anteriores. No entanto, os

---

<sup>1</sup>ALEXY, Robert. **Los Derechos Fundamentales em el Estado Constitucional Democrático**. Madrid. Editorial Trotta, S.A.. 2003. p. 31.

<sup>2</sup>BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 2.

dois termos estão corretos, e feita a ressalva, utilizar-se-á, aqui, o conceito de geração de direitos<sup>3</sup>.

São três as principais gerações de direitos fundamentais. Os direitos de primeira geração são aqueles que dizem respeito à liberdade do indivíduo. São os direitos que apontam deveres de não fazer, para que o indivíduo possa se desenvolver na comunidade sem a intervenção do Estado ou de terceiros. O período histórico em que mais foram evidentes foi o das revoluções americana e francesa, e receberam esta classificação por terem sido os primeiros a ser positivados. São exemplos desses direitos as garantias processuais, as liberdades individuais e os direitos políticos dos cidadãos.

Resultantes da Revolução Industrial, os direitos de segunda geração se referem precipuamente aos direitos sociais, que tem o propósito de garantir a igualdade entre os indivíduos. Não bastava que os homens apenas fossem livres e iguais perante a lei. Era necessário que se estabelecessem meios para que eles não continuassem escravizados às suas próprias condições sociais, mas gozassem de isonomia. Neste período, surgiram para o Estado as obrigações positivas, de modo que lhe caberia prestar serviços para corrigir desigualdades e promover justiça social. São exemplos dessa categoria os direitos econômicos, sociais, trabalhistas e os que pretendem a igualdade material.

Os direitos de terceira geração são fruto do sentimento de solidariedade e fraternidade despertado entre os homens com o fim da Segunda Guerra Mundial. Após 1945, surgiram movimentos que visavam internacionalizar os valores decorrentes da dignidade da pessoa humana para que os horrores das Grandes Guerras não voltassem a se repetir. Houve, a partir desse ponto, uma grande proliferação de tratados internacionais de direitos humanos e resoluções, sendo a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 a mais importante delas até os dias atuais. Entre estes direitos, se encontram o direito à paz, ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

A produção dos direitos fundamentais, contudo, não se estagnou após a terceira geração<sup>4</sup>, e novas lutas e reivindicações surgem dia após dia. A medida que se desenvolvem novas tecnologias, problemas nunca antes cogitados passam a integrar as pautas de debates. Nesse contexto, há espaço para o desenvolvimento teórico de novas gerações de direitos fundamentais que abrangeriam os direitos à democracia direta, ao pluralismo e à paz, dentre

---

<sup>3</sup> Observe-se que crítica ainda profunda ao uso dos conceitos de dimensões ou gerações de direitos é trazida por George Marmelstein no texto *Críticas à Teoria das Gerações (ou mesmo Dimensões) dos Direitos Fundamentais*. Cf.: **Críticas à Teoria das Gerações (ou mesmo Dimensões) dos Direitos Fundamentais**. Disponível em: < <http://georgemlima.xpg.uol.com.br/geracoes.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

<sup>4</sup>MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

outros. No entanto, o estudo das demais gerações foge ao escopo deste trabalho.

## 2.1 Direitos humanos, direitos fundamentais e direitos do homem

Até aqui, não se estabeleceu uma definição estrita do que seriam os direitos humanos, os direitos fundamentais e os direitos do homem. De fato, por vezes, esses termos são usados como sinônimos, não obstante tenham uma carga semântica distinta. Cabe fazê-lo agora.

George Marmelstein explica que os chamados direitos fundamentais se referem às normas ligadas à dignidade humana e à limitação de poder positivadas na Constituição. Os valores e princípios caros à dignidade humana, por qualquer motivo, ainda não positivados são chamados direitos do homem. Por fim, mostra-se mais adequado o uso do termo direitos humanos para se reportar aos valores que foram positivados no plano do direito internacional<sup>5</sup>.

Os direitos fundamentais existem para garantir aos cidadãos de um país que sua condição humana será respeitada. A Constituição vigente deverá assegurar esses direitos, de modo que todo o ordenamento jurídico lhe seja adequado. Por meio do controle de constitucionalidade, todas as leis devem se submeter aos preceitos da Carta constitucional, e os poderes públicos não poderão a ela se sobrepor. Desse modo, nota-se que os direitos fundamentais transcendem as dimensões individuais e subjetivas dos indivíduos e passam a influenciar a sociedade como um todo.

Quando os direitos fundamentais deixam de ser apreciados como uma mera pretensão individualista, os bens por eles resguardados tornam-se valores em si mesmos. Suas existências assumem dimensão objetiva e eles se tornam objeto de proteção e de promoção. Esta dimensão objetiva dos direitos fundamentais enseja “um dever de proteção pelo Estado dos direitos fundamentais contra agressões dos próprios Poderes Públicos, provindas de particulares ou de outros Estados”<sup>6</sup>.

O dever de proteção do Estado se estende especialmente para os direitos à vida, compreendendo-se a integridade física como consequência direta dela, e à liberdade. Estes direitos, se considerados apenas em sua dimensão subjetiva, exigiriam de terceiros o mero dever de abstenção. Para que um ser humano fosse livre e permanecesse vivo, bastaria que ninguém

---

<sup>5</sup>MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 25.

<sup>6</sup>MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 344.

o prendesse ou o matasse. No entanto, essa é uma simplificação ingênua quando se considera a natureza humana e a realidade social. Na dimensão objetiva, portanto, o Estado deve adotar medidas para resguardar os direitos fundamentais das pessoas, ainda que para isso seja necessário limitar algum outro direito.

Dentre essas medidas, se pode citar remédios constitucionais como o habeas corpus, cuja origem remonta à Carta Magna de 1215, da Inglaterra e até hoje está presente nos ordenamentos jurídicos de nações. Cabe ao Estado instituir, inclusive em sua legislação penal, disposições que garantam o bem-estar dos cidadãos na sociedade e punam os infratores. No que toca a esses direitos, não basta a mera não-intervenção, mas se faz imprescindível a ação eficaz do Estado em favor de sua manutenção.

## 2.2 Titularidade dos direitos fundamentais

Quanto à titularidade dos direitos fundamentais, é pacífico que todos os seres humanos lhe fazem jus. Não importam as diferenças de cor, credo, nacionalidade, opção sexual, capacidade financeira, grau de desenvolvimento físico ou intelectual. Apenas importa a condição humana para que uma pessoa possua a titularidade de seus direitos. Até mesmo o nascituro é protegido no ordenamento jurídico nacional por ser considerado um ser humano em potencial.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 traz em seu primeiro artigo a clara disposição de que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos[...]”.<sup>7</sup> No mesmo sentido, o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 prescreve que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade[...]”<sup>8</sup>.

Impreciso é, no entanto, o grau aplicação desses direitos no caso concreto. Isso porque a legitimidade para pleitear alguns dos direitos prescritos pode ser restringida. É o que ocorre, por exemplo, com o direito a voto de um estrangeiro que não seja cidadão de determinado país. As limitações podem ser impostas pela Constituição ou pela legislação infraconstitucional, desde que não atinja o cerne dos direitos fundamentais, que seriam

---

<sup>7</sup>ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em:

<<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em 25 out. 2014.

<sup>8</sup>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Brasília. DF: Senado, 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em 11 nov. 2014.



basicamente os direitos referentes à vida, à liberdade e à propriedade, para que seja mantida a ordem e a coerência da sociedade.

Quanto aos direitos dos estrangeiros, uma confusão pode surgir sobre o trecho do artigo 5º que garante os direitos fundamentais aos “brasileiros e estrangeiros residentes no País”<sup>9</sup>. A questão é a respeito das garantias aos estrangeiros não residentes no País. Ora, a interpretação do dispositivo em questão deve ser feita levando em conta os princípios que norteiam as relações internacionais e a própria Constituição pátria. O fato de não residir em um país não gera motivos para que um estrangeiro seja prejudicado nos direitos que concernem à sua dignidade humana. Os direitos que se apliquem à pessoa enquanto cidadã, no entanto, podem ser flexibilizados, não se estendendo ao estrangeiro em trânsito.

Os direitos fundamentais também podem ser estendidos às pessoas jurídicas. Conquanto tenham sido eminentemente consolidados em prol das pessoas físicas, aqueles direitos que puderem, por serem compatíveis com sua natureza, ser exercidos por pessoas jurídicas lhes devem ser concedidos. São exemplos o direito de propriedade, de resposta, de livre iniciativa e o direito às garantias processuais. Estes direitos podem ser invocados até mesmo por pessoas jurídicas de direito público quando, em situações excepcionais, se encontrarem em posição de sujeição<sup>10</sup>.

Embora, historicamente, os direitos fundamentais tenham surgido para proteger os seres humanos do abuso do poder estatal, eles também podem ser invocados para preservar pessoas do abuso de particulares. Martins e Dimoulis ensinam que:

Os direitos fundamentais que de forma imediata vinculam o estado trazem também consequências a outros titulares pela *via indireta* da apreciação de conflitos que envolvem uma questão relativa a direitos fundamentais por parte do Poder Judiciário. Além do dever de observar a esfera de liberdade individual garantida pelo direito fundamental, o Estado tem o dever de proteger os direitos contra agressões oriundas de particulares. Esse é o espírito que norteia a teoria e dogmática do *efeito horizontal* e do dever estatal de tutela.<sup>11</sup>

Confirma-se, portanto, a aplicabilidade das normas de direitos fundamentais às relações privadas, através do seu efeito horizontal, com a devida segurança conferida pelo dever estatal de tutela.

---

<sup>9</sup>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Brasília. DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em 11 nov. 2014

<sup>10</sup>MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 255.

<sup>11</sup>DIMOULIS, Dimitri. MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012. p. 97.

### 2.3 Direitos fundamentais na constituição de 1988

Desde que deixaram de ser meras teorias filosóficas para estarem positivados nos ordenamentos jurídicos dos países, os direitos do homem ganharam em concretude, contudo, perderam em abrangência<sup>12</sup>. O que, antes, se pretendia, na mente dos filósofos e estudiosos, universal passou a se encaixar na moldura da legislação de um país, sofrendo com isso limitações no seu alcance.

Por respeito à soberania e ao princípio da não-intervenção, as leis de determinada nação, por mais favorável que sejam aos direitos da pessoa humana, não podem, forçosamente, se estender além-fronteiras. No entanto, ao trazer para os ordenamentos pátrios tais direitos, se pode verificar a aplicação e as influências que se processaram na história das sociedades.

A respeito da aplicação dos direitos fundamentais, prescreve o artigo 5º, §1º, da Constituição de 1988 que “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.”<sup>13</sup> Isso significa que os direitos fundamentais têm efeito imediato, ou seja, a norma cuja matéria trate de direitos individuais, políticos ou sociais, vinculará de forma pronta e direta todas as autoridades do Estado. Tal disposição existe para assegurar que, sob a escusa d/a não regulamentação por legislação infraconstitucional, se enseje o não cumprimento de um direito. Seu objetivo precípua é assegurar que o texto constitucional não se tornará letra morta.

Há que se compreender, no entanto, as duas diferentes situações que se estabelecem, quais sejam a aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais e a problemática das condições necessárias para o exercício de determinado direito. Na primeira, exige-se a vinculação imediata dos Poderes para que respeitem, amoldem-se e façam cumprir a determinação constitucional. Na segunda, encontram-se as dificuldades práticas para a concretização de tais direitos. Neste caso, o titular do direito, muitas vezes, não poderá exercer seus direitos imediatamente.

No tocante aos direitos sociais, ou mesmo aos difusos, a sua plena manifestação para os cidadãos pode encontrar obstáculos. Certas pretensões podem não ser atendidas de imediato, como na indicação constitucional. Tal fato decorre, segundo Dimoulis e Martins, não falta de vontade, mas da impossibilidade de se aplicar um direito sem que se conheça as hipóteses e condições de sua incidência e suas formas de exercício. Essas normas são chamadas de “definidoras de direito” e se tratam de normas de baixa densidade normativa<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup>MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. p.330

<sup>13</sup>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Brasília. DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em 11 nov. 2014

<sup>14</sup>DIMOULIS, Dimitri. MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 4. ed. rev., atual. e

## 2.4 Direitos humanos e o controle de constitucionalidade na Constituição de 1988.

Após quase três décadas de regime ditatorial, o Brasil, em 1988 promulgou a sua primeira Constituição democrática. Tendo sido o marco do rompimento com os regimes autoritários que a precederam, a nova Carta trouxe valores que buscavam renovar as instituições políticas, e assegurar direitos que por vezes foram vilipendiados nos tempos da Ditadura Militar.

Além da conjuntura interna, no cenário internacional, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, havia a crescente preocupação para que os direitos humanos fossem assegurados. Para isso, se firmavam pactos e tratados, os quais eram adotados por diversos países. Especialmente no final da década de oitenta, com a abertura dos principais regimes ditatoriais no mundo e o fim da Guerra Fria, havia a preocupação pungente dos países de se posicionarem favoravelmente às liberdades individuais e aos direitos do homem.

Por esta razão, os direitos fundamentais e sociais ganharam posição relevante na Constituição de 1988. Também foi preocupação do constituinte, ao definir tais direitos, não limitá-los ao que primordialmente fora escrito. Vê-se no parágrafo segundo do artigo quinto a disposição de que “os direitos e garantia expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”.

Em seu texto, a Constituição trouxe a definição dos objetivos da República de promover avanços nas áreas social, econômica, política e, embora, até os dias de hoje, ainda não se alinhe à realidade fática brasileira, suas normas e princípios tem a função de direcionar as medidas necessárias para a implementação de seu escopo. Com isso, se pretende que ela se imponha sobre as leis, orientando-as, e não o contrário.

Não à toa, foi denominada de Constituição “cidadã”. O então deputado e presidente da Assembleia Nacional Constituinte Ulysses Guimarães, em seu histórico discurso de 5 de outubro de 1988, por ocasião da promulgação da Constituição, fez questão de ressaltar:

A Constituição é caracteristicamente o estatuto do homem. É sua marca de fábrica. [...] Tipograficamente é hierarquizada a precedência e a preeminência do homem, colocando-o no umbral da Constituição e catalogando-lhe o número não superado, só no artigo 5º, de 77 incisos e 104 dispositivos. Não lhe bastou, porém, defendê-lo contra abusos originários do Estado, fazendo-o credor de direitos e serviços, cobráveis inclusive com o mandado de injunção. Tem substância popular e cristã o título que a consagra: “a Constituição cidadã”.<sup>15</sup>

---

ampl. São Paulo: Atlas, 2012. p. 91-92.

<sup>15</sup>DANC, 5 de outubro de 1988. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>> acesso em: 09/11/2014.

Como se vê, há para o indivíduo uma posição de prestígio. Além de trazer, logo em seu início as disposições que lhe concernem, indicando a sua preeminência, tratou de torná-las, por força do artigo 60, §4, inciso IV, cláusulas pétreas. Significa, então, que tais disposições não podem ser abolidas ou ser alvo de emendas constitucionais. São esses direitos, ainda, alvos do princípio da vedação do retrocesso, que impediria que algum direito individual ou social fosse abolido ou alterado sem que houvesse uma contrapartida mais vantajosa promovida pelo Estado<sup>16</sup>.

Há ainda a previsão do artigo 5º, inciso XXXV, que diz que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direito”, que significa que o cidadão poderá recorrer aos tribunais para se defender de constrangimentos ou danos que lhe venham ser impostos ilegalmente. Além disso, como afirma Marmelstein:

Foram previstos inúmeros instrumentos jurídico-processuais de proteção contra o abuso de poder. Vale citar, por exemplo, o habeas corpus, habeas data, mandado de segurança (inclusive o coletivo), mandado de injunção, ação popular, ação civil pública, ações diretas de in/constitucionalidade, arguição de descumprimento a preceito fundamental, além das tradicionais vias ordinárias, que estão sempre abertas para a proteção dos direitos fundamentais, por força do princípio do acesso à Justiça.<sup>17</sup>

A defesa dos direitos fundamentais não se limita às ofensas concretas. Isto é, mesmo ante a uma lei em tese, ainda que ela tenha sido produzida pelos órgãos competentes e pelas vias adequadas, sendo, formalmente constitucional, poderá ser promovida ação de controle de constitucionalidade se ela padecer de vícios materiais.

O controle de constitucionalidade é, segundo Paulo Bonavides, uma característica das Constituições rígidas, baseada na distinção entre poder constituinte e constituído, que tem por consequência a superioridade da lei constitucional sobre as leis ordinárias<sup>18</sup>. Dá-se, através deste controle, a defesa e a proteção da Constituição, pelo reconhecimento de sua força vinculante.

## 2.5 Tratados internacionais de direitos humanos e a constituição de 1988

No ordenamento jurídico brasileiro, os tratados<sup>19</sup> de direitos humanos recebem

---

<sup>16</sup>MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 303 ss.

<sup>17</sup>*Ibid.*, p. 69-70

<sup>18</sup>BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 29 ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2014. p. 303

<sup>19</sup>O artigo 1º da Convenção de Viena de 1969, ratificada pelo Brasil no ano de 2009, define tratado internacional como “um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica”. Atualmente, os tratados internacionais são a principal fonte do direito internacional público.

tratamento jurídico diferente dos tratados pertinentes a outras matérias. Eles têm o poder de ampliar as disposições constitucionais, desde que se mostrem mais benéficos ao ser humano, pois o rol lá elencado não é considerado taxativo. Assim confirma o parágrafo 2º, do artigo 5º, da Lei Maior ao dizer que os direitos e garantias ali expressos não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais de que o Brasil seja parte.

Cabe, agora, analisar o parágrafo 3º, do artigo 5º da Constituição de 1988, com a redação definida pela Emenda n. 45/2004, que diz que “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”<sup>20</sup>.

A inteligência do artigo acima transcrito aponta para o *status* que o tratado aprovado com o descrito quorum terá no ordenamento jurídico pátrio, qual seja, o de emenda constitucional. Passa, portanto, a ser formalmente constitucional. Observe-se que os tratados internacionais de direitos humanos, mesmo não sendo aprovados com o quorum do artigo 5º, §3º, poderão integrar o ordenamento brasileiro com o *status* infraconstitucional, pois persiste a vigente a fórmula de aprovação não designada à produção de emendas<sup>21</sup>.

Da inovação trazida pela Emenda n. 45/2004 à redação do artigo 3º, § 5º da Constituição, surge um novo tipo de controle da produção normativa pátria: o controle de convencionalidade das leis, objeto de estudo ainda recente na doutrina jurídica brasileira. Mazzuoli descreve o controle de convencionalidade como sendo nada mais que “o processo de compatibilização vertical (sobretudo *material*) das normas de Direito interno com os comandos encontrados nas convenções internacionais de direitos humanos”<sup>22</sup>.

Tal controle decorreria da suposição lógica de que, se os tratados internacionais aprovados com o devido quorum são alçados ao patamar de emendas constitucionais, nada mais coerente haveria que garantir-lhes a proteção e a força para que se imponham sobre a legislação infraconstitucional. Isso significa que, não basta que uma norma siga os termos estritos da Constituição, pois também deverá ser coerente às convenções que tiverem *status* de emenda.

As ações de controle de constitucionalidade seriam adaptadas para tutelar as convenções. Assim, se exauririam as escusas (especialmente no Brasil) para o descumprimento

---

<sup>20</sup>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Brasília. DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em 11 nov. 2014

<sup>21</sup>MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 303

<sup>22</sup>MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito internacional público** 5. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: 2010. p.118

das obrigações assumidas internacionalmente pelos Estados, vez que à própria ordem constitucional interna serão integradas.

### 3 CONTEXTO HISTÓRICO: PROGRAMA MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL

A República Federativa do Brasil, enquanto Estado democrático de direito, tem o interesse de que sua legislação interna, bem como suas políticas públicas se desenvolvam de acordo com a Constituição nacional vigente. Diante disso, verifica-se ser interesse de todos os cidadãos brasileiros, conferir se os princípios e regras superiores estão sendo respeitados no cumprimento das diretrizes governamentais.

Com o advento das revoltas populares de junho de 2013, o Governo Federal anunciou a criação do programa Mais Médicos, com o intuito de investir na saúde brasileira, respondendo às demandas populares. Uma breve retrospectiva dos acontecimentos daquele período será útil para reconstituir o panorama político do período e explanar o contexto histórico em que se propôs o programa e os fatos que o sucederam.

No mês de junho de 2013, o país passou por um momento de ebulição popular que se tornou conhecido como as Revoltas de Junho. O movimento comparável a Primavera Árabe<sup>23</sup> consistiu em grandes manifestações populares, de cunho apartidário, envolvendo diversas classes sociais e reivindicava a efetivação de garantias constitucionais, além de maior probidade e ética na política.

Não obstante tenha sido precipitada por manifestantes do Movimento Passe Livre – MPL –, as Revoltas de Junho se deram peculiarmente alheias a partidos políticos, organizações ou sindicatos. Ocorre que, nos meses anteriores a junho já havia movimentações contra o aumento das passagens de ônibus em determinadas regiões do país. Nos dias 27 e 30 de março de 2013, foram noticiados protestos em Porto Alegre e Manaus, respectivamente. No mês de maio, nos dias 8 e 16, Goiânia registrou dois protestos pelo mesmo motivo, sendo que o do dia 16 contou com a adesão de mais de mil pessoas. No dia 20, o atraso de um ônibus terminou em quebra-quebra, e no dia 21, a despeito de um novo protesto, foi aprovado naquela cidade um novo reajuste de tarifas.<sup>24</sup>

Paralelamente, em São Paulo, o MPL organizava novos protestos. Com o anúncio, no dia 17 de maio, do aumento do valor das tarifas, que passaria a valer no dia primeiro de junho, vários atos se seguiram. Há que se destacar que, nesse mesmo período, ocorreu, no dia 22, um protesto com mais de quinhentas pessoas em favor do SUS – Sistema Único de Saúde

---

<sup>23</sup>SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Jornadas de Junho e Revolução Brasileira. **Interesse Nacional**. São Paulo. ano 6. n. 23. Outubro-Dezembro de 2013.p. 62.

<sup>24</sup>PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Resultado das manifestações de junho. **Portal de Notícias G1**. 28 de junho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>> Acesso em: 17 set. 2014.

–, durante o qual um jovem foi detido.

No mês de junho, os movimentos se intensificaram. Ainda motivados preeminentemente pela causa do MPL, seguiram-se no dia 3, simultaneamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, protestos contra o aumento das passagens e a polícia militar foi chamada para conter os manifestantes. No dia 6, novos protestos se deram e cerca de cinco mil pessoas fecharam a Avenida Paulista, símbolo de São Paulo. Os protestos terminaram em atos de vandalismo e confrontos com a PM. Balas de borracha e gás lacrimogêneo foram utilizadas contra membros do MPL.<sup>25</sup>

Nas manifestações seguintes, o sentimento de insatisfação foi fomentado pela divulgação de imagens que mostravam a reação desproporcional da PM contra alguns jovens. Apesar de existirem pessoas da ala mais radical do MPL dispostas a praticar atos de vandalismo, havia milhares de manifestantes cujas causas e meios utilizados eram legítimos. Nos atos do dia 14, o jornal 'Folha de S.Paulo' alegou que teve sete repórteres atingidos no protesto, entre eles Giuliana Vallone e Fábio Braga, que levaram tiros de bala de borracha no rosto e um cinegrafista fora atingido com spray de pimenta no rosto por um policial.<sup>26</sup>

A ação indiscriminada de parcela da PM revoltou os cidadãos brasileiros. Muitos que, até então, estavam alheios aos protestos tornaram-se simpatizante e foram às ruas demonstrar o seu apoio e manifestar as suas próprias insatisfações. Os protestos se espalharam pelo Brasil e ganharam repercussão internacional. Através das redes sociais, surgiam convocações e, de forma difusa, milhares de pessoas aderiam aos protestos. No dia 17 de junho, mais de 270 mil pessoas saíram às ruas em cerca de 30 cidades do país. Os principais centros urbanos foram tomados por milhares cidadãos insatisfeitos nos dias que se seguiram. Como resposta, no dia 18, quatro capitais anunciaram a redução de suas tarifas de ônibus. Dia 19 foi a vez de São Paulo, coração do movimento. O prefeito Fernando Haddad e o governador Geraldo Alckmin anunciaram a decisão de que o preço das passagens, que fora reajustado para 3,20 reais, voltaria a custar 3,00 reais.

Não obstante o anúncio de redução das tarifas de várias capitais brasileiras, inclusive de São Paulo, os protestos continuaram. Atos com diversas outras bandeiras como o

<sup>25</sup>PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Manifestantes depredam estação de Metrô, banca e shopping na Paulista. Confronto com a PM deixou rastro de destruição e vandalismo. Protesto foi contra aumento na tarifa de ônibus de R\$ 3 para R\$ 3,20. **Portal de Notícias G1**. São Paulo. 6 junho 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/manifestantes-depredam-estacao-de-metro-banca-e-shopping-na-paulista.html>> acesso em: 17 set 2014.

<sup>26</sup>FOLHA DE S. PAULO ONLINE. Vídeo mostra fotógrafo da Folha após ser ferido em protesto; veja. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 16 de junho de 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296055-video-mostra-fotografo-da-folha-apos-ser-ferido-em-protesto-veja.shtml>> acesso em: 17 set 2014.



arquivamento da PEC 37, o Ato Médico e os excessos de gastos da Copa do Mundo FIFA se sucederam e o lema “não é só por 0,20 centavos”<sup>27</sup> se consolidou. No dia 20, os atos reuniram cerca 1,4 milhão de pessoas em mais de 140 cidades do país. A situação completamente atípica no cenário brasileiro deixou os políticos perplexos e atemorizados. A presidente Dilma Rousseff cancelou uma viagem que faria para o Japão por conta das manifestações e fez um pronunciamento em rede nacional no dia seguinte. Na tentativa de dialogar com o povo brasileiro, afirmou:

Sou a presidenta de todos os brasileiros, dos que se manifestam e dos que não se manifestam. A mensagem direta das ruas é pacífica e democrática. Ela reivindica um combate sistemático à corrupção e ao desvio de recursos públicos. Todos me conhecem. Disso eu não abro mão. Esta mensagem exige serviços públicos de mais qualidade. Ela quer escolas de qualidade; ela quer atendimento de saúde de qualidade; ela quer um transporte público melhor e a preço justo; ela quer mais segurança. Ela quer mais. E para dar mais, as instituições e os governos devem mudar.<sup>28</sup>

No dia 24 de junho, a presidente propôs cinco pactos nacionais e um plebiscito para a reforma política. Os cinco pactos consistiram em acordos que seriam firmados entre União, Estados e Municípios a fim de promover ações concretas a respeito da responsabilidade fiscal e controle da inflação, plebiscito para formação de uma constituinte sobre reforma política, saúde, educação e transportes.

Para o presente trabalho, importa que se destaque as ações pertinentes à matéria da Saúde Pública. Ao anunciar os cinco pactos, a presidente Dilma Rousseff dedicou o terceiro a questão da saúde. Entre outras medidas, o plano previa o aumento de vagas nos cursos da área para fomentar a formação de profissionais e o aumento dos investimentos públicos a fim de melhorar as condições de postos de saúde e hospitais. Estabelecia também, como meta, incentivar a ida de médicos para as cidades mais carentes e que, quando não houvessem brasileiros disponíveis seriam contratados médicos estrangeiros para trabalharem exclusivamente no Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse contexto, no dia 8 de julho de 2013, a presidente Dilma Rousseff anunciou a criação do programa Mais Médicos para o Brasil, alvo deste estudo, através da Medida Provisória 621/2013, que posteriormente foi convertida na Lei 12.871/2013.

---

<sup>27</sup>FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE. 'Não são só 20 centavos', dizem manifestantes na Avenida Paulista. **Folha de S. Paulo online**. São Paulo, 19 junho 2013. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1297985-nao-sao-so-20-centavos-dizem-manifestantes-na-avenida-paulista.shtml>> Acesso em 18 set 2014.

<sup>28</sup>PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Veja e leia o pronunciamento na TV da presidente Dilma Rousseff. **Portal de Notícias G1**. São Paulo, 21 junho 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/veja-e-leia-o-pronunciamento-na-tv-da-presidente-dilma-rousseff.html>>. Acesso em 18 set 2014.

### 3.1 Do direito à saúde no Brasil

Na classificação feita por Paulo Gustavo Gonet Branco, os direitos fundamentais dividem-se em direitos de defesa, direitos de participação e direitos a prestação.<sup>29</sup> Os direitos de defesa implicam para o Estado o dever de abster-se de intervir no espaço de autodeterminação do indivíduo. Visam, portanto, garantir a autonomia e a liberdade pessoal do indivíduo. Exemplos de direitos de defesa estão elencados no art. 5º, CF/88, como o direito de não ser obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei (inc. II), de não ser submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante (inc. III), de não ser privado de direitos por motivos de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal imposta a todos e se recusar a cumprir prestação alternativa, fixada em lei (inc. VIII) dentre outros.

Os direitos de participação têm por objetivo garantir aos cidadãos meios de participação nas escolhas que definirão o destino do país. São, eminentemente, os direitos políticos constitucionalmente definidos e assegurados, tais como o direito ao voto.

Os direitos a prestação são aqueles que apontam ao Estado o dever de prestar algum serviço, bem ou efetivar alguma garantia, de modo a assegurar a todos as mínimas condições para o exercício de suas liberdades.<sup>30</sup> Caberia a ele atenuar as desigualdades por meio de políticas públicas de solidariedade social. Demandam, portanto, uma postura ativa do Estado no sentido de promover a realização dos direitos fundamentais, observada a reserva do possível. O direito a saúde se enquadra nesta terceira categoria.

A Constituição da República do Brasileira de 1988 trouxe o direito a saúde como garantia fundamental e nomeou o Estado como seu prestador primordial. Nos termos do art. 196, CF/1988 tem-se:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup>MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

<sup>30</sup>Amartya Sen traz conceitos de Liberdades Instrumentais, considerando em particular os seguintes tipos: (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora. As disposições que a sociedade estabelece nas áreas da educação, saúde etc. são as oportunidades sociais. Essas facilidades são importantes para a liberdade substantiva do indivíduo na condução de sua vida privada e na sua participação efetiva nas atividades políticas e econômicas. (SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013).

<sup>31</sup>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Brasília. DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em 11 nov. 2014.

Ao colocar a questão da saúde pública nessa perspectiva, o legislador constituinte originário atraiu para o Estado a função de prover aos seus cidadãos uma estrutura pública capaz de atender as demandas da população de forma razoável e ampla. No entanto, na prática, a expectativa de um serviço de saúde digno é frustrada. Uma pesquisa feita pelo IBOPE, encomendada pelo programa Fantástico, durante as Revoltas de Junho apontou que 36% dos entrevistados citaram a “saúde” como uma das suas três principais reivindicações naquele contexto.<sup>32</sup>

De fato, o interesse da população em que seja prestado o direito a saúde de forma ampla e eficaz é presente. Segundo a pesquisa *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) – Nossos Brasis: prioridades da população*<sup>33</sup>, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), feita com 3.810 entrevistados, em agosto de 2013, em mais de 210 cidades brasileiras, 87,64% dos entrevistados apontaram a melhoria dos serviços de saúde como prioridade, seguida da educação de qualidade (72,97%), da proteção contra o crime e a violência (61,44%), dentre outros critérios apresentados aleatoriamente.

O diagnóstico do quadro da saúde pública no Brasil também pode ser deduzido da quantidade de médicos por habitantes, quando comparada a outros países com diferentes índices de desenvolvimento humano (IDH), conforme se vislumbra na tabela abaixo, apresentada no sítio do Portal da Saúde – Ministério da Saúde – na página do Programa Mais Médicos.

**Tabela 1: Comparação da quantidade de médicos por mil habitantes entre o Brasil e outros países.**

PAÍSES	Médico por 1.000 hab.	PAÍSES	Médico por 1.000 hab.
Peru	0,9	Estados Unidos	2,4
Chile	1	Reino Unido	2,7
Paraguai	1,1	Austrália	3
Bolívia	1,2	Argentina	3,2
Colômbia	1,4	Itália	3,5
Equador	1,7	Alemanha	3,6
Brasil	1,8	Uruguai	3,7
Venezuela	1,9	Portugal	3,9
México	2	Espanha	4
Canadá	2	Cuba	6,7

Fonte: Portal da Saúde – Ministério da Saúde<sup>34</sup>

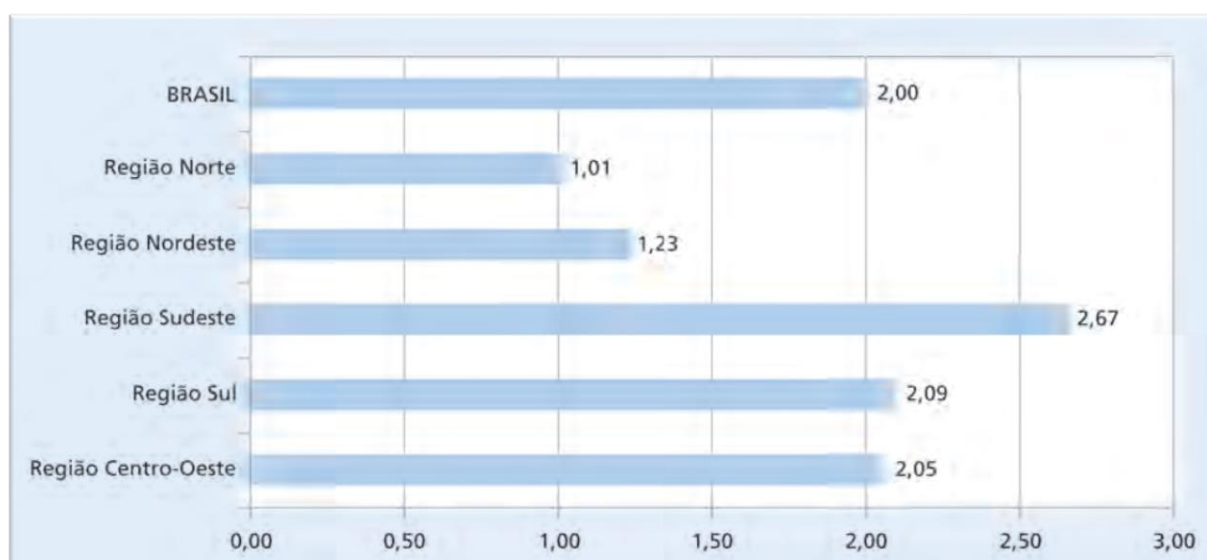
<sup>32</sup> PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Veja a integra da pesquisa do IBOPE sobre os manifestantes. **Portal de notícias G1**. São Paulo, 24 junho 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em 20 set 2014.

<sup>33</sup> IPEA. **Saúde e educação são as prioridades dos brasileiros, aponta Ipea**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20859](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20859)>. Acesso em: 22 set 2014.

<sup>34</sup> PORTAL DA SAÚDE – Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/acoes-e-programas/mais-medicos/mais-sobre-mais->

Observe-se que, não obstante o número de médicos por mil habitantes supere os padrões mínimos estabelecidos pela OMS, que é de 1 médico para cada mil habitantes<sup>35</sup>, a grave situação brasileira se dá pelo fato de que os médicos não estão espalhados de forma homogênea por todo o território. As regiões mais desenvolvidas do país, como a Sul e a Sudeste, possuem maior concentração proporcional de médicos do que as regiões Norte e Nordeste. Os centros urbanos desenvolvidos também têm um percentual de profissionais mais elevado que cidades interioranas. Nesse sentido, o relatório da pesquisa *Demografia Médica no Brasil*<sup>36</sup>, de fevereiro de 2013 aponta para a alta concentração de médicos especialmente na região Sudeste, conforme se apresenta no gráfico abaixo, que compara a concentração de médicos no Brasil em suas diferentes regiões.

**Gráfico 1: Distribuição de médicos registrados (CFM) por 1.000 habitantes, segundo Grandes Regiões – Brasil, 2013.**



**Fonte:** CFM; Pesquisa *Demografia Médica no Brasil*, 2013.

Também consta, neste mesmo relatório, uma tabela que expõe os dados da relação entre o número de médicos e o de habitantes das capitais brasileiras e a razão de médicos por

medicos/5952-diagnostico-da-saude-no-brasil>. Acesso em 23 set 2014.

<sup>35</sup>BUENO, Ronaldo da Rocha Loures; PIERUCCINI, Maria Cristina. **Abertura de escolas de Medicina no Brasil. Relatório de um cenário sombrio.** Disponível em: <[http://www.portalmédico.org.br/include/biblioteca\\_virtual/abertura\\_escolas\\_medicina/007.htm](http://www.portalmédico.org.br/include/biblioteca_virtual/abertura_escolas_medicina/007.htm)>. Acesso em 11 nov 2014.

<sup>36</sup>CFM. **Demografia Médica no Brasil, v. 2** / Coordenação de Mário Scheffer; Equipe de pesquisa: Alex Cassenote, Aureliano Biancarelli. – São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo: Conselho Federal de Medicina, 2013.

mil habitantes.

**Tabela 2: Distribuição de médicos registrados (CFM) por 1.000 habitantes, segundo capitais – Brasil, 2013.**

Capital	Médico CFM*	População**	Razão***
Vitória	3.838	330.526	11,61
Porto Alegre	12.335	1.413.094	8,73
Florianópolis	3.299	427.298	7,72
Belo Horizonte	15.762	2.385.639	6,61
Recife	9.702	1.546.516	6,27
Rio de Janeiro	39.258	6.355.949	6,18
Curitiba	10.073	1.764.540	5,71
Goiânia	7.141	1.318.148	5,42
João Pessoa	3.828	733.154	5,22
Aracaju	2.867	579.563	4,95
São Paulo	50.740	11.316.149	4,48
Natal	3.411	810.780	4,21
Salvador	10.761	2.693.605	4,00
Maceió	3.690	943.109	3,91
Teresina	3.162	822.363	3,85
Cuiabá	2.001	556.298	3,60
Belém	4.828	1.402.056	3,44
Fortaleza	7.821	2.476.589	3,16
Campo Grande	2.504	796.252	3,14
Palmas	697	235.315	2,89
São Luís	2.964	1.027.429	2,88
Brasília	6.588	2.609.997	2,52
Porto Velho	1.028	435.732	2,36
Boa Vista	596	290.741	2,05
Manaus	3.739	1.832.423	2,04
Rio Branco	655	342.2982	1,91
Macapá	562	407.023	1,38

Médicos registrados no Conselho Federal de Medicina: endereço informado ao CRM (CFM, 2012);

\*\*População geral (IBGE, 2010);

\*\*\* Razão médico registrado/1.000 habitantes.

**Fonte:** CFM; Pesquisa *Demografia Médica no Brasil*, 2013

Se entre as capitais do país nota-se disparidades como a de Vitória-ES, com a razão de 11,61 médicos por mil habitantes, e Macapá, com a razão de apenas 1,38, muito maior se mostra o abismo entre as zonas rurais e urbanas dessas regiões, chegando a haver municípios com ausência total de médicos. Ao encontro dessas informações, um trecho do citado relatório aponta para a relação entre o porte da cidade e a dispersão ou concentração de profissionais da saúde, destaca-se:

A concentração ou dispersão dos profissionais depende igualmente do porte dos municípios, com um maior número deles atuando nas grandes cidades. O estudo mostra que a maior parte dos profissionais está nos 38 municípios com mais de 500 mil habitantes. Esse grupo de cidades concentra 47,91% dos postos de médicos, 35,66% dos dentistas, 43,92% dos enfermeiros, 40,29% dos técnicos e 49,2% dos auxiliares de enfermagem. Outros cerca de 25% desses profissionais estão nos municípios entre 100 e 500 mil moradores. Significa que quase três quartos de todos os postos em saúde estão nas 283 cidades do país com mais de 100 habitantes [...]. Entre os municípios com até 20 mil moradores – faixa que reúne 70,31% das cidades –, estão 4,08% dos postos médicos, 17,39% dos dentistas, 13,92% dos enfermeiros, 10,69% dos técnicos e 9,56% dos auxiliares de enfermagem. Os odontólogos estão melhor distribuídos pelas cidades menores, o que se explica pelo fato de não dependerem de outros serviços de saúde.<sup>37</sup>

Diante dessa situação fática, verifica-se a necessidade de desenvolver políticas públicas que busquem aperfeiçoar as formas de distribuição dos médicos, levando em consideração as causas do problema e as soluções plausíveis e condizentes com os preceitos constitucionais, de modo que se possam concretizar os direitos a prestação a saúde, de forma digna e satisfatória em todo o território nacional.

### 3.2 Do Programa Mais Médicos para o Brasil

Em 2013, foi instituído pelo Governo Federal, através da Medida Provisória 621/2013, posteriormente convertida na Lei 12.871/13, o programa Mais Médicos para o Brasil com o intuito de levar médicos às regiões mais remotas e carentes do país e, assim, suprir o deficit então existente.

O programa é dividido em três eixos principais, quais sejam, a abertura de novas vagas para a graduação e residência médica, o aprimoramento da formação do médico e a chamada para levar os profissionais ao interior do Brasil<sup>38</sup>.

<sup>37</sup>CFM. **Demografia Médica no Brasil, v. 2** / Coordenação de Mário Scheffer; Equipe de pesquisa: Alex Cassenote, Aureliano Biancarelli. – São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo: Conselho Federal de Medicina, 2013. p. 111 e 112.

<sup>38</sup>COUTO, Fernanda. SBEM – **Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia** – Notícias. Dilma Rousseff apresenta o Mais médicos. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

Como parte do programa, foram feitos incentivos para que médicos que atuassem em outros países, brasileiros ou estrangeiros, viessem ao Brasil exercer a Medicina. Para isso, receberiam facilidades para revalidarem seus diplomas, sendo, em alguns casos, até mesmo dispensado tal protocolo.

Além da propaganda externa para que médicos se inscrevessem voluntariamente no programa, o Governo Federal firmou contrato, através da OPAS<sup>39</sup> (Organização Panamericana da Saúde), com o governo cubano para que um grande contingente de médicos da ilha prestasse serviços no Brasil. É conhecido, outrossim, que o tipo de contrato firmado com os médicos participantes do Programa não foi formalmente o de contrato de trabalho, mas de intercâmbio para aperfeiçoamento acadêmico, nos moldes do art. 15 da Lei 12.871/13, no qual os integrantes fariam jus a bolsas de auxílio e não a salários propriamente ditos<sup>40</sup>.

No entanto, em fevereiro de 2014, a deserção da médica cubana Ramona Matos Rodríguez do Programa trouxe à tona detalhes sobre a relação existente entre médicos cubanos, OPAS e governos brasileiro e cubano. O contrato apresentado pela médica a deputados brasileiros mostrava um negócio feito entre a médica e uma empresa denominada Sociedade Mercantil Cubana Comercializadora de Serviços Médicos S.A. - CSMC, S.A., com quem firmara “Contrato Individual para a Realização de Serviços Profissionais e Técnicos no Exterior”, no qual constavam regras sobre diversos aspectos do programa, especialmente normas de conduta para os médicos.

Tinha-se que a remuneração dos médicos seria paga ao governo cubano, por intermédio da OPAS, e este repassaria um percentual aos médicos no Brasil (cerca de 10%), e manteria outra parte confiscada na ilha até que os médicos retornassem ao fim do programa (cerca de 15%) e uma terceira parte da remuneração (cerca de 75%) pertenceria ao próprio governo da ilha. No entanto, por pressões do governo brasileiro advindas da repercussão negativa da divulgação dos primeiros dados, o governo cubano aumentou o valor dos repasses

---

<<http://www.endocrino.org.br/dilma-rousseff-apresenta-o-mais-medicos/>>. Acesso em: 13/10/2014.

<sup>39</sup>A Organização Panamericana da Saúde – OPAS – é um organismo internacional de saúde pública, inscrito no CNPJ 04.096.431/0001-54, com representação no Brasil no Setor de Embaixadas Norte, Lote 19, CEP 70.800-400, Brasília-DF. Fundada em 1902, é a mais antiga organização internacional de saúde do mundo. É, também, responsável pela intermediação do Programa Mais Médicos entre os governos brasileiro e cubano. (Cf.: PAIVA, Carlos Henrique Assunção. OPAS em foco: uma história das relações internacionais em saúde na América. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, Mar. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702006000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702006000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 13 Out. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702006000100012>).

<sup>40</sup>Na definição de Vólia Bomfim Cassar, salário é “toda prestação em pecúnia ou em utilidade devida e paga diretamente do empregador ao empregado, em virtude do contrato de trabalho. É o pagamento direto feito pelo empregador ao empregado pelos serviços prestados”. (In: CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho**. Niterói: Impetus, 2007. p.751.)

dos médicos<sup>41</sup>.

Além disso, os contratos e termos de conduta firmados continham cláusulas de flagrantes violações aos direitos individuais dos médicos. Tais violações infringem a direitos básicos como o direito de locomoção e o direito de intimidade<sup>42</sup>. Também ferem a isonomia que deveria existir entre os participantes do Programa.

Pode-se ressaltar, outrossim, a violação ao princípio da publicidade, expresso no art. 37, CF/1988, e ainda o direito fundamental à informação, garantido no inciso XIV, art. 5º, também da Constituição, a respeito do caráter sigiloso dos contratos sigilosos firmados com a parte cubana, não garantindo à população brasileira o conhecimento dos dados referentes ao tema.

Entende-se que um programa de um governo deve respeitar as diretrizes constitucionais, e um dos temas mais caros à democracia é a proteção da pessoa humana em seus direitos e garantias fundamentais. Nesse sentido, o artigo 4º da Carta de 1988 traz, em seu inciso II, que “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] II- prevalência dos direitos humanos”. É, portanto, assegurada constitucionalmente a extensão desse princípio às relações internacionais de que venha participar.

---

<sup>41</sup>Segundo notícia da sítio da Revista Veja de 21 de março de 2014, os valores foram reajustados, e os cubanos passaram a receber cerca de 3.000,00 reais no Brasil.

<sup>42</sup>Uma das graves violações aos direitos individuais dos médicos cubano prevista em contrato é a proibição de casar com pessoas não autorizadas pelo governo de Cuba, conforme afirmou o procurador Sebastião Caixeta (PRT – 10ª região) ao jornal O Globo, em reportagem de 27/04/2014: “Confirmamos as ilegalidades do projeto principalmente com o contrato que foi apresentado pela médica Ramona. O contrato que ela trouxe foi apresentado a diversos outros médicos cubanos que participam do programa e eles afirmaram que se trata do mesmo instrumento jurídico, que proíbe relacionamentos entre os médicos.”



## 4 PROGRAMA MAIS MÉDICOS: A QUESTÃO DOS MÉDICOS CUBANOS

Este capítulo terá por foco as questões suscitadas a respeito da vinda dos médicos cubanos para o Brasil por ocasião do Programa Mais Médicos, em especial as que dizem respeito às infrações aos seus direitos fundamentais. Pretende-se confrontar as denúncias feitas na imprensa e no Congresso Nacional com disposições constitucionais e com tratados internacionais que tratem de matérias pertinentes aos casos.

Abordar-se-á as questões referentes a três infrações a direitos reiteradamente denunciadas, quais sejam a liberdade de locomoção, o direito à intimidade e o dever de isonomia do Estado brasileiro no tratamento dos médicos cubanos em relação aos demais participantes do Programa.

### 4.1 Do direito à liberdade de locomoção

Consagrado no artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>43</sup>, o direito à liberdade de locomoção, também conhecido como o direito ir e vir, é assegurado, nos termos da lei, a qualquer pessoa que se encontre no território nacional em tempos de paz. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º diz:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
 [...]
 XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;  
 [...]
 LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

Na doutrina de George Marmelstein<sup>44</sup>, encontra-se que uma das principais funções do direito de locomoção é limitar o poder de polícia do Estado, resguardando o indivíduo de sofrer prisões arbitrárias. Entende-se que, a priori, todas as pessoas devem ser livres para escolherem os lugares a que frequentar. Exceto nos casos de prisões nos termos da lei, de limitações naturais ou de intervenções cotidianas – como se configuraria o dever de parar diante

<sup>43</sup>DUDH. “Art. 13º 1-Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.” Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. acesso em 24 out. 2014.

<sup>44</sup> MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 110

de um sinal de trânsito – ninguém pode intervir sobre uma pessoa, impedindo-a de exercer sua liberdade de ir e vir.

Após o lançamento do Programa Mais Médicos para o Brasil, foram veiculadas denúncias sobre o desrespeito que seria praticado contra os médicos cubanos quanto à liberdade de locomoção. Na reportagem “PSDB quer investigar condições de trabalho de cubanos no Mais Médicos”<sup>45</sup> do sítio da Revista Veja, de 20 de abril de 2014, noticia-se a representação protocolada pelo líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Antonio Imbassahy, junto à Procuradoria Geral da República (PGR) contra o Programa Mais Médicos. Apontava-se nela a "prática de crimes de redução à condição análoga à de escravo" devido à "vigilância ostensiva" sofrida pelos profissionais participantes nos locais de trabalho.

Sobre este tema, a médica cubana Ramona Matos Rodriguez, desertora do Programa, afirmou em seu depoimento<sup>46</sup> ao PRT da 10ª Região Sebastião Vieira Caixeta, no Inquérito Civil 707/2013, que era proibida de deixar a cidade onde prestava serviços sem autorização de um responsável cubano no Brasil e que o contrato não permitia que eles discutissem suas cláusulas com terceiros, devendo guardar confidencialidade estrita.

Em entrevista<sup>47</sup> à Veja, quando indagada sobre se, quando ela pedia permissão para sair, era autorizada, afirmou que nunca pedira pois sabia que não iriam autorizá-la. Não tinha liberdade para pedir diretamente e as médicas cubanas que moravam com ela diziam que se quisesse ir a algum lugar, deveria informá-las para que pedissem ao coordenador.

Ramona também afirmou que, ao fugir da cidade aonde fora lotada, Pacajá (PA), sofrera perseguição da Polícia Federal, o que foi posteriormente negado pelo órgão. O que de fato ocorrera fora uma busca decorrente da denúncia de desaparecimento feita pela família que a hospedava, antes que se soubesse de sua deserção<sup>48</sup>.

Como já afirmado anteriormente, os termos dos contratos estabelecidos entre o governo de Cuba e os médicos do Programa são formalmente desconhecidos. Oficialmente, até a data da conclusão desta monografia, nada foi divulgado. Há, no entanto, alguns documentos

---

<sup>45</sup> VEJA. PSDB quer investigar condições de trabalho de cubanos no Mais Médicos. **Veja**. São Paulo Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/psdb-quer-investigar-condicoes-de-trabalho-de-cubanos-no-mais-medicos>>. acesso em 22 out.2014.

<sup>46</sup>EXAME. Cubanos não podem nem namorar; leia depoimento de médica. **Exame.com**. São Paulo, 10 fevereiro 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/cubanos-nao-podem-nem-namorar-veja-depoimento-de-medica>>. acesso em 22 out 2014.

<sup>47</sup>MATTOS, Marcela. 'Querem me demoralizar', diz médica cubana. **Veja**. Brasília, 8 fevereiro 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/querem-me-desmoralizar-diz-medica-cubana>>. acesso em 22 out. 2014.

<sup>48</sup>MATTOS, Marcela. Cardozo: PF não monitorou cubana do mais médicos. **Veja**. Brasília, 5 fevereiro 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/cardozo-pf-nao-monitirou-cubana-do-mais-medicos>>. acesso em 23 out. 2014.

apresentados pela médica Ramona e outros contratos que circulam na internet que, supostamente confirmariam os fatos. Destaca-se dentre eles o “*Reglamento Disciplinario*”<sup>49</sup>, resolução 38/2005, da Colaboração Médica Cubana a Bolívia (anexo A), que trata das regras disciplinares a que os médicos que participaram da missão na Bolívia deveriam se submeter.

Embora haja indicação de que o referido regulamento não se aplicaria aos médicos que prestassem serviços no exterior por contrato direto nem por meio de organismos internacionais, há indícios de que algumas das regras nele impostas sejam aplicadas aos médicos que estão no Brasil. Isto porque eles mantêm vínculo com Cuba e não com a OPAS/OMS ou com a União, logo, nada impediria que o governo da ilha buscasse estender sua influência através de seu contrato com os médicos, e as denúncias feitas corroboram esta possibilidade.

Nesse sentido, cita-se, como ilustração os itens “i”, “k” e “m” do citado “*Reglamento Disciplinario*”, que impunham restrições à saída dos médicos após as 18 horas, à saída fora da circunscrição dos municípios que trabalham e atendem e a proibição de sair do território do país, exceto se houvesse autorização da Direção de Colaboração daquele país e com a devida documentação aprovada.

Há, também, um suposto contrato que seria o correspondente ao que os médicos em missão ao Brasil teriam assinado com a Sociedad Mercantil Cubana Comercializadora de Servicios Médicos Cubanos, S.A, em sua forma abreviada CSMC, S.A., divulgado pelo sítio eletrônico CaféFuerte<sup>50</sup>. Este documento<sup>51</sup> (Anexo B) indica que os cubanos em missão no Brasil deveriam obedecer ao regulamento “*Reglamento Disciplinario para los trabajadores civiles cubanos que prestan servicios en el exterior como colaboradores*”, estabelecido na resolução nº 168, de 29 de março de 2010, divulgado extraoficialmente no sítio venezuelano RunRunes<sup>52</sup> (Anexo C). Este regulamento, apesar de não constar a restrição de saída após as 18 horas, mantém as restrições no sentido de se ausentar da localidade em que preste serviços sem autorização do seu chefe imediato e prescreve também que as férias de 30 dias por ano a

---

<sup>49</sup>PORTAL CFM. Disponível em: <[http://portal.cfm.org.br/images/PDF/regulamento\\_medicos\\_cubanos.pdf](http://portal.cfm.org.br/images/PDF/regulamento_medicos_cubanos.pdf)>. acesso em 24 out 2014. (Anexo A)

<sup>50</sup>CaféFuerte é um sítio de notícias e informação, dedicado a cobrir a atualidade de Cuba e Miami. Foi fundado em 5 de julho de 2010 pelos periodistas Wilfredo Cancio Isla e Ivette Leyva Martínez, com o propósito de dar cobertura a temas noticiosos a partir da produção de conteúdos únicos, e não recebe financiamento de nenhuma instituição pública, governamental ou privada. Disponível em <<http://cafeuerte.com/>> Acesso em: 26 out. 2014.

<sup>51</sup> O referido documento corresponde ao Anexo B desta monografia e está disponível em: <<http://cafeuerte.com/wp-content/uploads/2014/06/ContratoMedico-BRASIL.pdf>>. acesso em 25 out. 2014.

<sup>52</sup> O referido documento corresponde ao Anexo C desta monografia e está disponível em: <<http://runrun.es/runrunes/5737/cuba-con-control-y-amenazas-a-barrio-adentro-y-a-otros-misioneros-para-que-no-se-escapen.html>>. acesso em 26 out 2014.

que os médicos fazem jus devem ser gozadas em Cuba.

Ora, em qualquer hipótese, resta inadmissível que brasileiros ou estrangeiros em território nacional sofram restrições às suas liberdades individuais sem que haja previsão legal condizente com os princípios da dignidade da pessoa humana. Ademais, sendo a médica hipossuficiente frente ao governo cubano e à Sociedade Mercantil por que fora contratada, deve-se investigar a existência de erro, dolo ou coação na formação destes contratos, vez serem estes motivos para a anulação de negócios jurídicos conforme o Código Civil de 2002.

Aliás, há fortes motivos para levantar tal hipótese. A médica Ramona afirmou que, antes de vir para o Brasil, não tinha conhecimento de que os médicos de outras nacionalidades receberiam bolsas de valor superior à dos médicos cubanos. Sabendo das limitações que o governo cubano impõe aos seus cidadãos, no que concerne ao controle da mídia e dos meios de comunicação, é possível inferir que a maior parte, se não a totalidade dos que aderiram ao contrato, também não sabiam da distinção. Além disso, há previsão contratual que diz que, caso o médico não conclua sua missão nos termos do contrato, não terá direito à parte dos seus rendimentos confiscada em Cuba, podendo tal fato ser considerado uma forma de coação.

Diante do exposto, resta ao governo brasileiro não se omitir diante das denúncias, mas investigar seriamente o que aponta e fazer cumprir os seus próprios princípios em seu território.

## 4.2 Do direito a intimidade

Classificado como um direito de personalidade, o direito à intimidade é oriundo da ideia básica de que a vida pessoal dos indivíduos não deve, sem justa causa, sofrer intromissões do Estado ou da sociedade<sup>53</sup>. O artigo 12º da Declaração Universal dos Direitos Humanos preza por esta garantia ao prever que “ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei.”<sup>54</sup>

O Pacto de San José da Costa Rica, ratificado pelo Brasil em 1992, traz em seu artigo 11, item 2, que “ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas

---

<sup>53</sup>MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 139.

<sup>54</sup>ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em:

<<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em 25 out. 2014.

ilegais à sua honra ou reputação”<sup>55</sup>. A Constituição Federal de 1988 também coloca:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

[...]

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;<sup>56</sup>

O direito a intimidade tem por objeto as conversações e os episódios íntimos, envolvendo relações familiares e amizades próximas. Também pode se estender para os relacionamentos pessoais em geral e atos da vida profissional que o indivíduo não deseja que sejam publicizados, preservando sua privacidade<sup>57</sup>. O âmbito privado da vida humana deve ser resguardado, e, caso se faça necessária alguma intervenção, ela deve se proceder na forma da lei.

Considerando a esfera de liberdade atinente a cada ser humano, pelo direito à intimidade, devem ser preservados da vigilância de governos, instituições ou mesmo de indivíduos os atos da vida privada de uma pessoa. É comum, no Brasil, a discussão sobre os limites do direito de propriedade vs. o direito à intimidade, no caso de revistas íntimas para prevenir roubos em empresas<sup>58</sup>, ou limites da liberdade de expressão vs. direito à intimidade, quando se trata da divulgação de episódios privados na imprensa. No entanto, pouco se fala sobre a interferência direta do Estado na vida particular de seus cidadãos após a redemocratização de país na década de oitenta.

Em um estado democrático de direito como o da República Federativa do Brasil, é consolidado o entendimento e a prática deste conceito. De forma clara, o que se quer dizer é que, o grau de consciência coletiva é elevado ao ponto de se compreender que há âmbitos da

<sup>55</sup>Organização dos Estados Americanos, Convenção Americana de Direitos Humanos (“Pacto de San José de Costa Rica”), 1969. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>> acesso em: 12 nov. 2014

<sup>56</sup>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Brasília. DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em 11 nov. 2014

<sup>57</sup>MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. p.469

<sup>58</sup> BARBOSA JUNIOR, Floriano. **Direito à intimidade como direito fundamental e humano na relação de emprego**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp104533.pdf>>. acesso em: 29 out. 2014.

vida que, definitivamente, não devem ser monitorados pelo Estado. Caso, de supetão, as instâncias superiores concedessem ao Estado, ou a algum de seus entes ou empresas o direito de perscrutar ou interferir na vida privada de seus cidadãos, decerto haveria forte reação popular no sentido contrário. A medida seria provavelmente rechaçada pela opinião pública e declarada inconstitucional. Tão absurda parece a hipótese, que sequer são necessárias leis que limitem um ente público, uma empresa ou um indivíduo de impor limites a outros quanto a que tipo de amizades se deve conservar ou evitar, ou sobre o dever de dar satisfação de assuntos como matrimônio ou visitas de amigos.

Feitas essas considerações, passa-se à análise do regramento dos profissionais cubanos. Ocorre que com o Programa Mais Médicos para o Brasil, um grande número de médicos cubanos se estabeleceu no território nacional, à sombra de um outro regime político, que pretende exercer controle sobre os seus cidadãos além de suas fronteiras, através do contrato de prestação de serviços técnicos que com eles mantém. Não obstante sejam vinculados à Sociedade Mercantil Cubana Comercializadora de Serviços Médicos Cubanos S.A., é alarmante o fato de que os médicos sofram constrangimentos a seus direitos humanos mesmo quando no Brasil.

Destaca-se, nesse sentido, no depoimento<sup>59</sup> da médica cubana Ramona Matos Rodríguez ao PRT da 10ª Região, Sebastião Vieira Caixeta, já referido neste trabalho, a denúncia de que eventual namoro ou matrimônio com pessoas não cubanas dependeriam de autorização prévia de representantes do governo de Cuba. O Regramento Disciplinar estabelecido na Resolução nº 168, de 29 de março de 2010 (Anexo C), confirma em seu item “n”, na seção dos deveres dos trabalhadores que cabe ao colaborador:

informar al jefe inmediato superior de sus relaciones amorosas con nacionales o extranjeros, residentes o no em el país donde presta colaboración, y em su caso, com antelación suficiente a su concertación sobre la intención de contraer matrimonio em el país donde prestan los servicios.

Ainda, no mesmo documento, são consideradas infrações disciplinares relacionadas com o prestígio e a conduta social, dos colaboradores manter relações com nacionais ou estrangeiros, no país onde se encontram, cuja conduta não esteja de acordo com os princípios e valores da sociedade cubana (art. 8º, “g”), manter amizade ou vínculo de outro tipo com cidadãos cubanos, nacionais do país onde se presta a colaboração ou estrangeiros, residentes ou

---

<sup>59</sup>EXAME. Cubanos não podem nem namorar; leia depoimento de médica. **Exame.com**. São Paulo, 10 fevereiro 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/cubanos-nao-podem-nem-namorar-veja-depoimento-de-medica>>. acesso em 22 out 2014.

não no país onde se presta a colaboração, que assumam posições contrárias à “Revolución cubana”(art. 8º, “h”).

Note-se, ainda, que o regramento de que foram extraídas as informações acima (Resolucion nº 168, de 29 de marzo de 2010) é mais ameno do que a Resolucion 38/2005, que fora utilizada na missão à Bolívia, que a título de exemplo, limitava a ingestão de bebidas alcoólicas a festividades cubanas, ferindo, em mais um aspecto, a liberdade individual do médico.

Há, também, objeções quanto à amizade ou vínculo de qualquer tipo com cidadãos cubanos que hajam abandonado o cumprimento da missão, ou dela se tenham aproveitado para abandonar o território cubano de maneira definitiva (art. 8º, “i”), o que mostra o rigoroso controle do governo e as grandes dificuldades que um cidadão cubano encontra para deixar a ilha, sendo a deserção do Programa considerada uma fuga. Também são consideradas infrações planejar, com nacionais ou estrangeiros, convites, a familiares ou a outras pessoas, para visitarem o país onde se o colaborador encontra (art. 8º, “q”), não informar à chefia da missão, com antecipação suficiente, sobre a intenção de contrair matrimônio no país em que presta serviços (art. 8º, “t”), dentre outras regras.

#### **4.3. Isonomia: do dever de repassar integralmente as bolsas acadêmicas aos médicos cubanos à semelhança dos demais médicos estra**

Considerado um direito de segunda geração, o princípio da isonomia, ou da igualdade, por amplitude, pode ser definido como o igual tratamento conferido aos cidadãos perante a lei.

Ao lançar o Programa Mais Médicos, o Governo Federal convocou os profissionais brasileiros e estrangeiros que quisessem integrar o programa para que se inscrevessem e, se aprovados, participassem do Programa. Entre os requisitos básicos estava possuir habilitação para o exercício da Medicina, vir de um país em que a razão de médicos por mil habitantes fosse superior a 1,8, conforme preconizam os códigos de prática de recrutamento de profissionais de saúde, e ter conhecimentos razoáveis da língua portuguesa. Paralelamente, firmou contrato com a OPAS/OMS para que ela intermediasse a vinda dos médicos cubanos ao Brasil.

Atualmente, integram o programa 14.462 médicos de 48 nacionalidades, sendo

11.442 cubanos, o que equivale a 79% do total<sup>60</sup>. No entanto, o tratamento dispensado aos médicos não é isonômico.

Enquanto os médicos brasileiros e estrangeiros recebem o valor integral da bolsa de formação, equivalente a 10.482,93 reais, os médicos cubanos recebem o equivalente a 1.245 dólares americanos. Os médicos de outras nacionalidades recebem, também, ao se fixar no município, uma ajuda de custo que varia entre 10 mil e trinta mil reais. Já no caso dos profissionais cubanos, esta ajuda não lhes é paga diretamente, e não se sabe se algum percentual lhes foi repassado, nem a quantidade<sup>61</sup>.

Ressalte-se, também, o fato de que o valor atualmente percebido pelos cubanos não corresponde ao valor inicialmente pactuado entre eles e a CSMC, S.A., que era, por sua vez ainda menor. Pelo que se pode constatar no Anexo B deste trabalho, o valor a que os médicos fariam jus no Brasil era de apenas 400 dólares, restando outros 600 dólares retidos na ilha até o retorno do médico no final da missão. Tal fato indica que, não fosse a insatisfação e o desconforto social que se impôs, a situação desses médicos no Brasil, ao que tudo indica, seria ainda mais grave.

Sobre esta temática, o texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu primeiro artigo diz que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”<sup>62</sup>. O espírito das convenções internacionais é guardado neste artigo, pois ele é uma síntese dos muitos erros e acertos que praticaram as nações.

O Pacto de San José da Costa Rica traz em seu artigo 24 que “todas as pessoas são iguais perante a lei. Por conseguinte, têm direito, sem discriminação alguma, à igual proteção da lei.”<sup>63</sup> O artigo 5º da Constituição Federal de 1988, no mesmo sentido, traz em seu caput que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade[...]<sup>64</sup> e a seguir, define os termos em que devem ser cumpridas.

---

<sup>60</sup>FRAZÃO, Felipe. Mapa mostra onde estão os médicos cubanos no Brasil. **Veja**. 25 agosto 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/mais-medicos-se-espalha-por-prefeituras-do-pt-e-aliados>>. acesso em 10 nov. 2014

<sup>61</sup>*Ibidem*.

<sup>62</sup>ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em 25 out. 2014.

<sup>63</sup>Organização dos Estados Americanos, Convenção Americana de Direitos Humanos (“Pacto de San José de Costa Rica”), 1969. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>> acesso em: 12 nov. 2014

<sup>64</sup>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Brasília. DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em 11 nov. 2014



São 78 incisos que dispõe sobre os direitos inerentes a cada ser social.

Ainda se pode destacar do artigo 4º, inciso II, que considera a prevalência dos direitos humanos como um dos princípios por que se rege o país em suas relações internacionais. Desse artigo, Eduardo Pannunzio acertadamente deduz que:

É possível antever, assim, que o princípio da prevalência dos direitos humanos consagrado no art. 4º, II, da Constituição Federal expressa a noção de que os direitos humanos, de brasileiros ou estrangeiros, passaram a ser um tema de legítimo interesse nacional e não podem ser ordinariamente subjugados em favor de objetivos políticos de outra natureza, mesmo naquelas situações em que isso permitiria avançar interesses coletivamente relevantes sob o ponto de vista econômico, político ou social.<sup>65</sup>

A respeito de remunerações, prescreve o artigo 23º da Declaração Universal de Direitos Humanos, “todos tem direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual”<sup>66</sup>. No mesmo sentido, o artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, prescreve que “sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade”<sup>67</sup>.

Também indica o Código Global de Prática Internacional de Recrutamento de Profissionais de Saúde, WHA63.16, de 21 de maio de 2010, em seu artigo 4º, nos itens que o integram, que os Estados-Membros devem assegurar, sujeitos às legislações aplicáveis, que os profissionais migrantes gozem dos mesmos direitos e responsabilidades que os profissionais nacionais, em todos os termos e condições de trabalho<sup>68</sup>.

<sup>65</sup>PANNUNZIO. Eduardo. **A judicialização das relações internacionais no Brasil em face do princípio constitucional da prevalência dos direitos humanos**. São Paulo, 2012. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F2%2F2134%2Fde-02102012-141528%2Fpublico%2FA\\_judicializacao\\_das\\_relacoes\\_internacionais\\_no\\_Brasil\\_Eduardo\\_Pannunzio.pdf&ei=r6JjVNWNI8KYNuqsgvAI&usg=AFQjCNF9IS1YEN5HemvVc35r7iVak7Hjvw](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F2%2F2134%2Fde-02102012-141528%2Fpublico%2FA_judicializacao_das_relacoes_internacionais_no_Brasil_Eduardo_Pannunzio.pdf&ei=r6JjVNWNI8KYNuqsgvAI&usg=AFQjCNF9IS1YEN5HemvVc35r7iVak7Hjvw)>. acesso em 12 nov. 2014.

<sup>66</sup>ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em:

<<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em 25 out. 2014.

<sup>67</sup>BRASIL. CLT. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. acesso em 10 nov. 2014.

<sup>68</sup>OMS/ PAHO. **WHA63.16**. Disponível em <[http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA63/A63\\_R16-en.pdf](http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA63/A63_R16-en.pdf)> acesso em 10 nov. 2014.

Diz o trecho original:

4.4 Member States should, to the extent possible, under applicable laws, ensure that recruiters and employers observe fair and just recruitment and contractual practices in the employment of migrant health personnel and that migrant health personnel are not subject to illegal or fraudulent conduct. Migrant health personnel should be hired, promoted and remunerated based on objective criteria, such as levels of qualification, years of experience and degrees of professional responsibility on the basis of equality of treatment with the domestically trained health workforce. Recruiters and employers should provide migrant health personnel with relevant and accurate information about all health personnel positions that they are offered.

4.5 Member States should ensure that, subject to applicable laws, including relevant international

Com efeito, não se encontram, no ordenamento pátrio justificativas ou precedentes para que se faça a distinção entre os valores percebidos a título de bolsa entre aqueles que, sob praticamente as mesmas circunstâncias, são vinculados ao mesmo programa acadêmico.

Por todo o exposto, tem-se que tais distinções no tratamento dos médicos ferem gravemente os princípios da igualdade e da isonomia, e restaria ao Estado brasileiro a responsabilidade ajustar este Programa aos padrões da sua própria Constituição e das Convenções internacionais de que é signatário, cumprindo, assim, seu dever de respeito aos direitos humanos.

---

legal instruments to which they are a party, migrant health personnel enjoy the same legal rights and responsibilities as the domestically trained health workforce in all terms of employment and conditions of work.

4.6 Member States and other stakeholders should take measures to ensure that migrant health personnel enjoy opportunities and incentives to strengthen their professional education, qualifications and career progression, on the basis of equal treatment with the domestically trained health workforce subject to applicable laws. All migrant health personnel should be offered appropriate induction and orientation programmes that enable them to operate safely and effectively within the health system of the destination country.

4.7 Recruiters and employers should understand that the Code applies equally to those recruited to work on a temporary or permanent basis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi exposto ao longo do trabalho, pode-se constatar o quão importante são os direitos e garantias fundamentais dos indivíduos e quão estimados o são pelas sociedades democráticas. Sua preservação importa para que os seres humanos sejam tratados conforme a sua dignidade inata e para que se conserve a paz social.

Ao Estado brasileiro, interessa que sua legislação e políticas públicas sigam os princípios e diretrizes previstos na sua Constituição e nas convenções das quais é signatário. Para isto, dispõe de mecanismos de controle de constitucionalidade que podem ser ativados judicialmente, a fim de preservar a ordem vigente.

Após as manifestações populares de junho de 2013, as “Revoltas de Junho”, o Governo Federal entendeu ser propício propor, através da Medida Provisória 621/2013, posteriormente convertida na Lei 12.871/2013, o Programa Mais Médicos para o Brasil, com o escopo de levar médicos às regiões mais carentes do país, e, assim, suprir o deficit então existente. Tal programa, no entanto, apesar da legitimidade e nobreza de seu propósito, é alvo de objeções desde o dia que foi proposto.

Compreende-se que, apesar de todas as dificuldades observadas no campo da saúde pública brasileira, as medidas pertinentes ao seu progresso devem ser tomadas de forma séria, responsável e dentro dos preceitos que regem a República Federativa do Brasil.

Este estudo se dedicou à análise das infrações do Programa Mais Médicos para o Brasil relacionadas aos direitos fundamentais dos médicos cubanos inscritos, sistematicamente denunciadas nos meios de comunicação.

O método utilizado consistiu, basicamente, na análise de documentos e depoimentos publicados a respeito do tema. Seus conteúdos, então, foram confrontados com normas de Direito nacional e internacional e com posicionamentos da doutrina jurídica brasileira, para que se fizesse uma correta subsunção.

Vencidas as limitações preliminares a respeito da carência de fontes e da hodiernidade do tema, apurou-se no decorrer da pesquisa, que os médicos cubanos inscritos no Programa Mais Médicos Para o Brasil sofrem limitações a alguns dos seus direitos fundamentais.

Para os fins desse estudo, analisou-se as infrações referentes aos direitos à liberdade de locomoção, à intimidade e à isonomia em relação aos demais participantes do Programa. Note-se que este rol não é conclusivo por si, e que este estudo não teve por foco exaurir todas as possíveis ilicitudes do Programa. Antes, ateve-se à análise detalhada dos pontos citados.

Conforme demonstrado, não se encontram no ordenamento pátrio justificativas ou precedentes para que se faça a distinção entre os integrantes do Programa. Tampouco se encontram normas que permitam ao governo interferir na esfera privada dos indivíduos ou lhes cerceiem liberdades, e, ainda que houvesse qualquer previsão neste sentido, seria ela eivada de vícios de inconstitucionalidade e inconvencionalidade.

Por tais razões, considera-se inadmissível que, em território brasileiro, os médicos cubanos sejam afligidos em seus direitos fundamentais, e é dever do Estado brasileiro ser proativo no combate às infrações.

## REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Los Derechos Fundamentales em el Estado Constitucional Democratico**. Madrid. Editorial Trotta, S.A.. 2003.

BARBOSA JUNIOR, Floriano. **Direito à intimidade como direito fundamental e humano na relação de emprego**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp104533.pdf>>. acesso em: 29 out. 2014.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 29 ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2014.

BUENO, Ronaldo da Rocha Loures; PIERUCCINI, Maria Cristina. **Abertura de escolas de Medicina no Brasil. Relatório de um cenário sombrio**. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/include/biblioteca\\_virtual/abertura\\_escolas\\_medicina/007.htm](http://www.portalmedico.org.br/include/biblioteca_virtual/abertura_escolas_medicina/007.htm)>. Acesso em 11 nov 2014.

BRASIL. CLT. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. acesso em 10 nov.2014. ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em 25 out. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Brasília. DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em 11 nov. 2014

CAFÉFUERTE. CaféFuerte. Disponível em: <<http://www.cafefuerte.com/>>. Acesso em 25 out. 2014.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho**. Niterói: Impetus, 2007.

CFM. **Demografia Médica no Brasil, v. 2** / Coordenação de Mário Scheffer; Equipe de pesquisa: Alex Cassenote, Aureliano Biancarelli. – São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo: Conselho Federal de Medicina, 2013.

DANC, 5 de outubro de 1988. **Ulysses Guimarães, 5 junho 1988**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>> acesso em: 09 nov. 2014.

DIMOULIS, Dimitri. MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 4. ed.

rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012.

EXAME. Exame.com. Disponível em: <<http://www.exame.abril.com.br>>. Acesso em: 14 set. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 17 set. 2014.

IPEA. Disponível em : <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20859](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20859)>, acesso em 22out 2014

MARMELSTEIN, George. **Críticas à Teoria das Gerações (ou mesmo Dimensões) dos Direitos Fundamentais**. Disponível em: < <http://georgemlima.xpg.uol.com.br/geracoes.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito internacional público** 5. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

OEA. Organização dos Estados Americanos, Convenção Americana de Direitos Humanos (“**Pacto de San José de Costa Rica**”), 1969. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. acesso em: 12 nov. 2014

OMS/ PAHO. **WHA63.16**. Disponível em: <[http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA63/A63\\_R16-en.pdf](http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA63/A63_R16-en.pdf)>. acesso em 10 nov. 2014.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em 25 out. 2014.

PANNUNZIO, Eduardo. **A judicialização da relações internacionais no Brasil em face do princípio constitucional da prevalência dos direitos humanos**. São Paulo, 2012. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.theses.usp.br%2Ftheses%2Fdisponiveis%2F2%2F2134%2Ftde-02102012-141528%2Fpublico%2FA\\_judicializacao\\_das\\_relacoes\\_internacionais\\_no\\_Brasil\\_Eduardo\\_Pannunzio.pdf&ei=r6JjVNWNIIsKYNuqsgvAI&usg=AFQjCNF9IS1YEN5HemvVc35r7iVak7Hjvw](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.theses.usp.br%2Ftheses%2Fdisponiveis%2F2%2F2134%2Ftde-02102012-141528%2Fpublico%2FA_judicializacao_das_relacoes_internacionais_no_Brasil_Eduardo_Pannunzio.pdf&ei=r6JjVNWNIIsKYNuqsgvAI&usg=AFQjCNF9IS1YEN5HemvVc35r7iVak7Hjvw)>. acesso em 12 nov. 2014.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção. OPAS em foco: uma história das relações internacionais em saúde na América. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, Mar. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)

59702006000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Out. 2014.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702006000100012>

PORTAL DA SAÚDE – Ministério da Saúde. Disponível em:  
<<http://portalsaude.saude.gov.br/>>. Acesso em 23 set 2014.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com>> . Acesso em: 17 set. 2014.

RUNRUNES. RunRun.es. Disponível em: <<http://www.runrun.es/>>. Acesso em 25 out. 2014.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Jornadas de Junho e Revolução Brasileira. **Interesse Nacional**. São Paulo. ano 6. n. 23. Outubro-Dezembro de 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SBEM - Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia. Disponível em: <<http://endocrino.org.br/>>. Acesso em 13 out, 2014.

VEJA. Veja online. Disponível em: <<http://www.veja.abril.com.br>> Acesso em: 22 out. 2014.

WHO. World Health Organization. Disponível em: <<http://www.who.int/>> Acesso em 13 nov. 2014.

**ANEXO A**

**COLABORACION MEDICA CUBANA A BOLIVIA**

**REGLAMENTO DISCIPLINARIO**

RESOLUCION 38/2005

Marzo del año 2006



Esta Resolución, pone en vigor el Reglamento Disciplinario para los trabajadores civiles cubanos que prestan servicios en el exterior como colaboradores internacionalistas, no se aplica a los que prestan servicios en el exterior por contrato directo ni por Organismos Internacionales.

#### CONTENIDO

- CAPITULO I : Acerca de su aplicación
- CAPITULO II : Acerca de los Organos Competentes
- CAPITULO III: Acerca de los deberes de los trabajadores
- CAPITULO IV: Acerca de los derechos de los trabajadores
- CAPITULO V : Acerca de las infracciones
- CAPITULO VI : Acerca de las medidas disciplinarias
- CAPITULO VII: Acerca de los términos,
- CAPITULO VIII: Acercamiento del proceso disciplinario,
- CAPITULO IX : Acerca de los Recursos.
- CAPITULO X : Acerca del proceso de revisión
- CAPITULO XI : Acerca del proceso de rehabilitación

### **CAPITULO I: Acerca de su aplicación**

Se aplican a todas las categorías ocupacionales durante el periodo de la prestación de sus servicios en el exterior.

### **CAPITULO II: Acerca de los órganos competentes**

- **Comisión Disciplinaria a nivel de Departamento (3 miembros)**
- **Comisión Disciplinaria a nivel Central (5 miembros)**
- **La Comisión a nivel de Departamento actúa en primera instancia.**
- **La Comisión Central actúa en segunda instancia contra las Resoluciones dictadas por las Comisiones Departamentales y En primera instancia en el caso de infracciones cometidas por los Jefes o antes hechos que por su gravedad así lo ameriten.**



**CAPITULO III: Acerca de los deberes de los trabajadores**

- a) El Colaborador debe cumplir con la jornada laboral, según los acuerdos establecidos previamente con su Dirección.
- b) En ocasiones se le asignan otras tareas afines o no al Colaborador, previo acuerdo con su Dirección, por lo que según lo conveniado, estipulado, debe cumplir estrictamente con las obligaciones establecidas a los efectos.
- c) De existir un horario determinado en su jornada laboral porque se trabaje en turnos fijos, rotativos o turnos de 24 horas, no debe existir ausencia, ni llegadas tardes, ni salidas antes de las horas establecidas previamente.
- d) El Colaborador respetara las leyes establecidas en el país, así como sus autoridades, símbolos patrios y costumbres de la contraparte nativa.
- e) El Colaborador dentro de sus deberes respetara a sus superiores, así como el resto de sus compañeros colaboradores y brindara máximo respeto a la contraparte nativa.
- f) Se cumplirá con todo lo establecido en el Reglamento de la Vivienda.
- g) De existir alguna relación amorosa, con cubanos, la misma no traerá dificultades de ningún tipo para el buen desempeño del trabajo, ni para el cumplimiento del Reglamento de la Vivienda.
- h) De existir alguna relación amorosa con nativos debe informarse inmediatamente, y estar acorde con el pensamiento revolucionario de nuestra estancia y en ninguna medida ser desmedida.

- i) Para salida después de las 6 de la tarde, solicitara permiso a su jefe inmediato superior, informándole a donde ira, si con compañeros cubanos o contraparte nativa, lugar que visitara, fines etc....
- j) De acuerdo a lo anterior, cumplirá estrictamente con las recomendaciones establecidas para los efectos por el jefe inmediato.
- k) Las salidas fuera del rango de su circunscripción donde reside y trabaja se le solicitara al jefe inmediato superior y este de no ser el mismo lo solicitara al Jefe de Provincia si esta dentro de la demarcación. Las salidas a la cabecera del Departamento u otro Departamento del país solamente será autorizado por la Jefatura Máxima Departamental.
- l) Cumplir con las disposiciones aduanales que rigen en el país donde prestan servicios, de Cuba o por donde transiten en el caso que viajen.
- m) Queda terminantemente prohibido extralimitarse del país donde se trabaje, no existiendo pasos trans-fronterizos, aunque estemos muy cercano a otro país. Únicamente será posible esto si las condiciones de trabajo lo requieren, previa autorización de la Dirección de Colaboración del país, con los consecuentes Documentos establecidos para tales efectos.
- n) El Colaborador no podrá ingerir bebidas alcohólicas en el cumplimiento de sus funciones laborales, tampoco en lugares públicos. Solamente estará autorizado a ingerir bebidas alcohólicas cuando exista alguna festividad nacional cubana, cumpleaños colectivos, despedidas de colaboradores u otros. Estas actividades deberán priorizarse en el marco de la vivienda o en aquellos lugares de la contraparte nativa o públicos, siempre y cuando exista la autorización correspondiente de los niveles competentes.
- o) No se podrá solicitar préstamos de dinero, ni existirá ningún tipo de deudas con la contraparte nativa.
- p) En los paquetes enviados a Cuba no se podrá enviar ningún objeto, artículo u otros que no este autorizado por la Aduana General de la Republica de Cuba.

## CAPITULO IV

### Acerca de los derechos de los colaboradores

- a) Conocer el contenido del presente reglamento.
  - b) Apelar los fallos dictados por las comisiones de disciplina.
  - c) En caso de enfermarse o accidentarse el colaborador tiene derecho a recibir asistencia medica por las diferentes comisiones, ya sean departamentales o la comision central, asi mismo recibira cualquier tipo de tratamiento gratuito. En caso de que la enfermedad o accidente no tenga posibilidades de tratamiento en el pais, tendra derecho de regresar a Cuba para llevar a efectos la asistencia medica y rehabilitación.
  - d) Recibir el medicamento para el tratamiento de cualquier enfermedad cronica que presente, según su dispensarizacion.
  - e) Recibir el estipendio que se haya valorado por la Mision Cubana Y por Colaboración.
  - e) El colaborador tiene el derecho de interrumpir su mision y ser trasladado a Cuba euando lo estime pertinente.
  - f) El colaborador tiene derecho de vacaciones por 30 dias en Cuba cuando en el cumplimiento de su primer año de mision cuente con 11 meses de trabajo.
  - g) El Colaborador tiene el derecho de ser atendido por sus superiores, previa solicitud, incluyendo hasta las instancias superiores en caso de alguna situación de trabajo o de indole personal que no sea viabilizado en lo canales pertinentes.
-

q) No se consumirá ninguna sustancia o producto que aún cuando forma parte de las costumbres del lugar donde esté, no este acorde con las costumbres y reglamentos legales de nuestro país.

r) No participar en actos públicos que no convoque la colaboración cubana, ni emitir criterio a la prensa, ni a la contraparte sin previa autorización.

s) Para aceptar invitaciones de cualquier instancia o nivel debe ser consultarse con la dirección de la coordinación médica.

t) No se debe emitir información a Cuba sobre el estado de salud u otras informaciones de la vida del colaborador sin previa autorización

u) El colaborador debe cumplir su jornada laboral con porte y aspecto adecuado.

## CAPITULO V

### Acercas de las infracciones

#### Infracciones acerca de las:

- Relaciones con la población del país:
  - a) No guardar el debido respeto a los ciudadanos o residentes en el país.
  - b) Atentar contra la moral y buenas costumbres.
  - c) Interesar prestamos, entrega de dinero o productos para uso personal.

#### Infracciones acerca de:

- Prestigio y conducta social:
  - a) Realizar labores no autorizadas con animo de lucro.
  - b) Sostener amistad o vínculo con cubanos que hayan abandonado el cumplimiento de la misión de colaboración.
  - c) Impedir tramites de reclamación, imponer deberes, hacer Exigencias no contenidas dentro de sus facultades.
  - d) Gestionar con nacionales, invitaciones a familiares o Terceras personas para visitar el país.

#### EN RESUMEN:

El no cumplimiento de los deberes conllevara a infracción del presente reglamento, lo que puede conllevar a que el Colaborador sea procesado y sancionado por la Comisión Disciplinaria que le compete.



## CAPITULO VI

### Acerea de las Medidas Disciplinarias

- Amonestación publica
- Traslado del puesto de trabajo dentro del municipio, Provincia o departamento a una plaza igual que la que Ocupa.
- Democion de cargo (se aplica a jefes de contingentes, brigada, grupo etc.)
- Revocacion de la Mision (Regreso a Cuba) con perdida De los estímulos y derechos (la mision se considera incumplida).
- Expulsión de la Mision. Regreso inmediato a Cuba (Mision incumplida e invalida cumplir nueva mision en un plazo no menor de 10 años).

Las medidas disciplinarias impuestas a los colaboradores, se reflejaran en la evaluacion del resultado de su trabajo al concluir la mision y se hara llegar a la entidad de procedencia del coordinador

## CAPITULO VII

### Acerea de los terminos:

Las Medidas Disciplinarias se impondran con efecto inmediato, dentro de 30 dias y prescriben a los 6 meses del conocimiento del hecho por la autoridad correspondiente sin haber hecho uso de sus facultades.

---

## CAPITULO VIII

### Acerea del Proceso Disciplinario

El proceso se inicia con la denuncia, se radica por el secretario de la Comision el Expediente Disciplinario. Se practican las comprobaciones necesarias y en los 5 dias habiles siguientes se celebra la vista oral y publica, la cual se recoge en Acta que forma parte del Expediente.

A la sancion se llega por mayoría simple de votos y se emite por Resolución de la cual se envía copia a la Comision Disciplinaria Central la que podrá reclamar de oficio el expediente en caso de no estar de acuerdo, pudiendo modificar o anular la medida.

Las Medidas Disciplinarias no pueden aplicarse sin la correspondiente resolución con el contenido siguiente:

#### RESOLUCION:

- a) Los hechos consignando nombre y apellidos del infractor, cargo, fechas y definición de la conducta infractora según el Reglamento Disciplinario.
  - b) Pruebas practicadas.
  - c) Valoración sobre la trascendencia, gravedad y consecuencias para la misión.
  - d) Hechos probados y Medida Disciplinaria aplicada.
  - e) Terminos que tiene el colaborador para impugnar la medida y ante quien.
  - f) Fecha y lugar de la resolución.
  - g) Nombre, apellidos, cargos y firma de los miembros.
  - h) Terminos de rehabilitación.
-

## CAPITULO IX

### Acerca de los recursos:

Contra el fallo dictado por la Comisión Disciplinaria de Base, podrá interponerse recurso ante la Comisión Disciplinaria Central. Contra el fallo de la Comisión Disciplinaria Central, cabe recursos de apelación ante el funcionario a cargo de la Colaboración, quien debe pronunciarse en 7 días.

## CAPITULO X

### Acerca del proceso de revision

Este proceso tiene carácter extraordinario, se presenta a instancias del colaborador que haya sido sancionado a revocación de la Mision siempre que se aleguen hechos de los que no se tuvo conocimiento antes o se ponga de manifiesto notoria ilegalidad o injusticia en lo dispuesto.

La solicitud de revision se presenta por escrito ante el Ministro del MINVEC dentro de los 60 días hábiles siguientes a la fecha en que el inculpado conoció de nuevas pruebas o le haya notificado el fallo del funcionario a cargo de la colaboración.

El recurso de revision sera resuelto en el termino de hasta 60 días hábiles a partir de haberlo emitido. Si la revision se declara con lugar o sin lugar se dicta lo que en derecho proceda anulando, modificando o ratificando la Resolución Revisada.

---



## · CAPITULO XI ·

### Acerca del proceso de Rehabilitacion

La Rehabilitación puede ser declarada solamente por el jefe del organismo que la envió a solicitud del inculpado a partir de que se cumpla la medida impuesta sin que haya incurrido en otra indisciplina.

Los tiempos fijado para poder proceder a la rehabilitación son:

- a) Un año para la amonestación publica y los traslados.
- b) Tres años para la democión del cargo.
- c) Cinco años para la revocacion de la mision.
- d) Diez años para la expulsión de la mision.

La Rehabilitación conlleva la extracción de la Resolucion de cualquier documento del expediente personal del colaborador.

## ANEXO B

**CONTRATO INDIVIDUAL PARA LA PRESTACIÓN DE SERVICIOS  
PROFESIONALES Y TÉCNICOS EN EL EXTERIOR**

**DE UNA PARTE:** La sociedad mercantil cubana Comercializadora de Servicios Médicos Cubanos, S.A., en su forma abreviada CSMC, S.A., constituida mediante Escritura Pública No. 366 de 11 de Octubre del 2011 en la Notaría Especial del Ministerio de Justicia, con domicilio legal en Calle 44 No. 502, Esquina 5ta. Avenida, Playa, ciudad de La Habana, Cuba, en lo adelante denominada (a) como **CSMC** a todos los efectos jurídicos del Contrato, quien lo suscribe por mandato del Ministerio de Salud Pública de la República de Cuba, y representada en este Acto por Dr. Rodolfo Alvarez Villanueva en su carácter de Especialista de negocios

**DE OTRA PARTE:** Oranis Díaz Borrego (nombre y apellidos del profesional o técnico); ciudadano(a) cubano(a); con número de identidad permanente 85041902139; con domicilio reconocido en el Capital La Frayata, San Juan y Martínez, Pinar del Río; de profesión Médico, en lo adelante denominado(a) como **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** a todos los efectos jurídicos del presente Contrato.

**AMBAS PARTES**, reconociéndose recíprocamente la personalidad y la representación legal con que comparecen en este Acto, convienen en suscribir el presente Contrato para la Prestación de Servicios Profesionales y Técnicos en el Exterior, bajo los términos y condiciones siguientes:

**CLÁUSULAS**

**I. OBJETO**

Mediante el presente Contrato **CSMC** establece la relación de trabajo con el **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO**, en virtud de los servicios que éste brindará en el territorio de la República Federativa del Brasil, bajo los términos y condiciones que mediante este Contrato se convienen.

**II. DERECHOS Y OBLIGACIONES DE LAS PARTES**

**2.1 DE CSMC:**

- a) Garantizar el cumplimiento, en lo que a sus obligaciones contraídas respecta, del **CONVENIO DE COOPERACIÓN TÉCNICA ENTRE EL MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA DE LA REPÚBLICA DE CUBA Y LA ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD/ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD, PARA LA AMPLIACIÓN DEL ACCESO DE LA POBLACION BRASILEÑA A LA ATENCIÓN BÁSICA DE SALUD**, en lo sucesivo denominado **INSTRUMENTO JURÍDICO**, informando y exigiendo los derechos y obligaciones que de él se derivan para el **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO**.
- b) Poner en conocimiento del **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** sus derechos, deberes y obligaciones, adquiridos en virtud del precitado **INSTRUMENTO JURÍDICO**.

- c) Poner en conocimiento del **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** las principales características, costumbres y tradiciones del país en que prestará sus servicios de conformidad con el **INSTRUMENTO JURIDICO**.
- d) Poner en conocimiento del **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** la información necesaria para el cumplimiento de la colaboración, en materia de aduana en los territorios de Cuba y Brasil.
- e) Transportar al **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** hacia y desde la República Federativa del Brasil cuando corresponda en virtud del **INSTRUMENTO JURIDICO**, incluido a la terminación de su misión por cualquier causa, y garantizar la transportación nacional a tales efectos.
- f) Facilitar al **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** la apertura de cuentas bancarias en Cuba y en la República Federativa del Brasil, para realizarle los depósitos que le corresponden por concepto de estipendio; de bonificación para los gastos iniciales de su instalación y pago del registro anual en el Consejo Regional de Médicos en Brasil. Para la operación de estas cuentas se le entregará tarjetas de débito.
- g) Facilitar al **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** la apertura de una cuenta bancaria en Cuba a nombre de un tarjetahabiente designado por éste, donde se le acreditarán mensualmente Cincuenta/00 (50.00) CUC, que se descuentan del estipendio del **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** y se operará mediante tarjeta de débito.
- h) Asumir el gasto, por única vez, para la compra de las tarjetas de débito en Cuba y en la República Federativa del Brasil para el **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** y en Cuba para el tarjetahabiente en caso de que se designe.
- i) Asumir los gastos financieros por concepto de acreditación de fondos por CSMC en las cuentas bancarias del **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** habilitadas en relación con el presente Contrato y en la cuenta del tarjetahabiente en Cuba.
- j) Pagar mensualmente al **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** por concepto de estipendio una cantidad equivalente a Mil/00 dólares estadounidenses (1 000.00 USD), de la forma siguiente: se le depositará en una cuenta de ahorro en Cuba que habilitará el **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO**, facilitada por CSMC, Seiscientos/00 CUC (600.00 CUC) al cambio 1 USD= 1 CUC (Quinientos cincuenta/00 CUC (550.00 CUC) si designó un tarjetahabiente) y se le pagará en territorio brasileño, en reales brasileños, el equivalente a Cuatrocientos/00 dólares estadounidenses (400.00 USD), a través de la cuenta bancaria habilitada a ese fin.
- k) Depositar en la cuenta bancaria del **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** en la República Federativa del Brasil, por una vez, en los primeros veintiún (21) días de su llegada a dicho país, una bonificación para los gastos iniciales de su instalación, en reales brasileños, cuyo monto estará en relación con el lugar de su ubicación.
- l) Depositar anualmente en la cuenta bancaria en Brasil del **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** una cantidad, en reales brasileños, para pagar su registro anual en el Consejo Regional de Médicos en Brasil correspondiente.

Para el registro del primer año la cantidad necesaria está incluida en la bonificación para los gastos iniciales de su instalación.

- m) Garantizar que el **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** durante su estancia en territorio brasileño al amparo del presente Contrato, continúe percibiendo en Cuba todos los beneficios laborales y de la seguridad social que le corresponden según la legislación cubana.
- n) Advertir al **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** a través del personal actuante, cuando así corresponda, sobre la estricta confidencialidad que deberá guardar sobre informaciones no públicas que le sean dadas en tal condición o a las que tenga acceso por cualquier vía, en cumplimiento de la labor que realizará o realiza en virtud de este Contrato, en Cuba y en el Brasil, durante la vigencia de este Contrato y hasta un año después de su terminación por cualquier causa.
- o) Evaluar mediante la Dirección de la Misión Médica cubana en la República Federativa del Brasil, el trabajo realizado por el **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO**, teniendo en cuenta el criterio de la Secretaría de Salud del municipio donde labora.

## 2.2 DEL PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO:

- a) Reconocer mediante el presente Contrato que posee la calificación, capacidad y experiencia necesarias que le permiten desarrollar con calidad y ética profesional los servicios convenidos en el **INSTRUMENTO JURÍDICO** y en este Contrato.
- b) Cumplir con los deberes, tareas y obligaciones contraídas en virtud del **INSTRUMENTO JURÍDICO** que se le comunicarán antes de su salida de Cuba; en los 21 días de capacitación que recibirá a su llegada a la República Federativa del Brasil y por la Dirección de la Misión Médica cubana en Brasil.
- c) Respetar y cumplir la legislación vigente en la República Federativa del Brasil donde brindará sus servicios, así como sus costumbres y tradiciones; asimismo deberá observar las normas morales, de ética profesional y educación formal; reglamentos, códigos, protocolos de actuación, normas de convivencia establecidas y demás disposiciones vigentes en la institución donde laborará, guardando debido respeto para con sus superiores y demás compañeros de trabajo y asumiendo su responsabilidad en caso de quebrantar las citadas estipulaciones.
- d) Cumplir personalmente con la jornada laboral diaria, con el horario de trabajo, las guardias y con el descanso, que le corresponden, establecidos en las instituciones de la República Federativa del Brasil donde recibirá capacitación y donde prestará sus servicios, de conformidad con el **INSTRUMENTO JURÍDICO** suscrito.
- e) Abstenerse de prestar servicios y realizar otras actividades en institución diferente a la que fue ubicado, ni servicios y actividades que no le corresponden en virtud del **INSTRUMENTO JURÍDICO** suscrito y de este Contrato, con excepción de que se determine lo contrario mediante autorización previa, por escrito, de la máxima Dirección de la Misión Médica cubana en Brasil. (En ninguna situación el **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** podrá recibir por la prestación de servicios o realización de alguna actividad remuneración alguna diferente a la que recibe en virtud de este Contrato.)



f) Disfrutar en Cuba de treinta (30) días de vacaciones remuneradas, luego de trabajar once (11) meses al amparo de este Contrato, con la coordinación necesaria con la Dirección de la Misión Médica cubana en Brasil y con la Unidad de Colaboración Médica del MINSAP en Cuba, según corresponda, para determinar el periodo de las vacaciones y para la transportación nacional e internacional.

g) Cumplir, en cuanto a su actuación respecta, con lo dispuesto en la Resolución No. 168 "Reglamento Disciplinario para los trabajadores civiles cubanos que prestan servicios en el exterior como colaboradores", de fecha 29 de marzo de 2010, emitida por el Ministro de Comercio Exterior e Inversión Extranjera de la República de Cuba, cuyo conocimiento recibirá en la preparación previa a su salida al exterior.

h) Aportar la documentación que se le solicite, necesaria para efectuar los trámites correspondientes en el país donde prestará sus servicios, de conformidad con el INSTRUMENTO JURÍDICO suscrito.

i) Conservar en su poder el Pasaporte y el Catastro de Persona Física (CPF) entregado por las autoridades brasileñas, siendo su responsabilidad la actualización de los mismos según corresponda, así como la pérdida, extravío o deterioro de éstos. En caso de pérdida o grave deterioro de estos documentos deberá comunicarlo a la mayor brevedad posible a la Dirección de la Misión Médica cubana en Brasil para tramitar su reposición como esté establecido, siendo por cuenta del PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO los costos que de ello se deriven, lo que se le exigirá oportunamente.

j) Cumplir con la legislación cubana de contraer matrimonio con persona natural extranjera, no quedando por ello exonerado del cumplimiento de las obligaciones derivadas del referido INSTRUMENTO JURÍDICO y del presente Contrato, con excepción de que se determine lo contrario mediante autorización previa, por escrito, de la máxima Dirección de la Misión Médica cubana en Brasil.

k) Reconocer que los representantes designados por el Ministerio de Salud Pública de la República de Cuba en la Dirección de la Misión Médica cubana en territorio del Brasil están investidos de las facultades suficientes para actuar en su nombre y representación ante las autoridades brasileñas y de la OPS/OMS, de conformidad con el INSTRUMENTO JURÍDICO suscrito.

l) Abrir una cuenta bancaria en Cuba y en la República Federativa del Brasil, en el banco que le corresponda según se le indique por CSMC y tener tarjeta de débito para extraer su saldo. En caso de modificación de éstas deberá informarlo de inmediato a CSMC por conducto de la Dirección de la Misión Médica cubana en Brasil.

m) En Cuba, en caso de que así lo desee, podrá designar un tarjetahabiente que abrirá una cuenta bancaria facilitada por CSMC, el que tendrá una tarjeta de débito para operar la misma. En caso de que desee cambiar al tarjetahabiente realizará este trámite directamente con el banco estando a su cargo los costos que de ello resulten.

n) Asumir todos los riesgos en relación con las tarjetas de débito que se le entreguen a él y al tarjetahabiente, corriendo ante el banco correspondiente con los trámites y gastos que resulten de la pérdida o deterioro de éstas, lo que informará a CSMC a través de la Dirección de la Misión Médica cubana en Brasil.

o) Realizar con diligencia los trámites de registro anual en el Consejo Regional de Médicos en la República Federativa del Brasil.

p) Comunicar con la mayor rapidez posible a la Dirección de la Brigada Médica cubana en la República Federativa del Brasil cualquier situación que se le presente que afecte su salud, seguridad personal o el cumplimiento de sus deberes al amparo del presente Contrato.

q) Comunicar a la Dirección de la Brigada Médica cubana en la República Federativa del Brasil, de forma previa, su intención de recibir la visita de algún familiar o amistad en la localidad donde presta sus servicios, al amparo de este Contrato; en caso de producirse la visita, ésta será totalmente a su cargo y deberá tomar todas las medidas para que no se produzca afectación alguna al cumplimiento de sus deberes y obligaciones en correspondencia con el INSTRUMENTO JURÍDICO suscrito y con este Contrato.

r) Guardar estricta confidencialidad sobre cualquier información no pública que reciba en dicha condición o a las que tenga acceso por cualquier vía, en cumplimiento de la labor que realizará o realiza en virtud de este Contrato, en Cuba y en el Brasil. Dicha confidencialidad es a partir de la firma de este Contrato y hasta un año después de su terminación por cualquier causa.

s) Expresar su conformidad con los presentes términos y condiciones, así como reconocer haber recibido la información necesaria para el cumplimiento de su misión, según se pacta en este Contrato, mediante su firma.

### III. OTROS PACTOS

3.1 De producirse el fallecimiento del **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** durante la vigencia de este Contrato, la Dirección de la Misión Médica cubana en Brasil tomará todas las medidas y se realizarán todos los trámites que correspondan para la repatriación. Se le comunicará a la mayor brevedad posible a los Bancos donde están habilitadas las cuentas de ahorro del **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** en relación con este Contrato, para que el Banco proceda según las normas bancarias y la legislación sucesoria vigente.

3.2 El presente Contrato entrará en vigor mediante su firma por las Partes y estará vigente por el término que prestará servicios el **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** al amparo del INSTRUMENTO JURÍDICO suscrito, que será de tres (3) años, contados desde su llegada a la República Federativa del Brasil.

3.3 El presente Contrato solo podrá ser modificado por escrito, debiendo estar debidamente firmado por las Partes, de conformidad con estas previsiones vinculantes y la ley.

3.4 Ambas Partes podrán dar por terminado el presente Contrato durante su vigencia por causas debidamente justificadas, previo análisis de conjunto, lo que se comunicará por escrito con efecto a partir de la llegada a Cuba del **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO**. Ello se realizará sin perjuicio alguno del cumplimiento de las obligaciones pendientes.

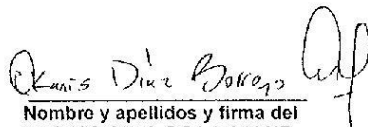
3.5 CSMC, ante el abandono de la misión; negativa de regreso al territorio nacional cubano y/o cualquier otra grave indisciplina por parte del **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO**, observará la legislación vigente en la República de Cuba para establecer las reclamaciones y demandas judiciales que correspondan con el objetivo de saldar las deudas y obligaciones pendientes del **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** y hará cumplir lo previsto en el INSTRUMENTO JURÍDICO y la legislación

brasileña, en cuanto a la prohibición al **PROFESIONAL DE LA SALUD CUBANO** del ejercicio de la profesión en territorio brasileño amparado en el permiso de trabajo y registro médico adquirido en razón del **INSTRUMENTO JURIDICO** suscrito.

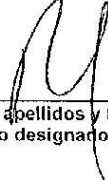
#### IV. SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

4.1 Las Partes resolverán de forma amigable las discrepancias que surjan en la ejecución y/o interpretación del presente Contrato. Una vez agotada esta vía sin llegar a un entendimiento razonable se aplicará, de corresponder, lo establecido en la Resolución No. 168 "Reglamento Disciplinario para los trabajadores civiles cubanos que prestan servicios en el exterior como colaboradores", de fecha 29 de marzo de 2010, emitida por el Ministerio de Comercio Exterior e Inversión Extranjera de la República de Cuba y/o la legislación laboral y civil cubana, según proceda.

Dado, en La Habana a los 1 días del mes de Noviembre del 2013

  
Oanis Diaz Borero

Nombre y apellidos y firma del  
PROFESIONAL DE LA SALUD  
CUBANO)

  
Nombre y apellidos y firma del  
funcionario designado por CSMC

## ANEXO C

### CUBA CON CONTROL Y AMENAZAS A BARRIO ADENTRO Y A OTROS MISIONEROS PARA QUE NO SE ESCAPEN<sup>69</sup>

18/10/2010

Ante el éxodo de sus funcionarios que en los últimos años han visto crecer los jefes cubanos en Venezuela, no solo los miembros de la Embajada de Cuba, decidieron imponer mas controles y restricciones a los “enviados desde Cuba” muy en especial a los médicos de las misiones Barrio Adentro donde está el núcleo mas grande de “fugados” de Venezuela a otros países, especialmente los Estados Unidos via Colombia, Costa Rica, Perú y Trinidad.

En el documento que se puede leer del Ministerio de Comercio Exterior e Inversión Extranjera del pasado 29 de marzo de 2010 hay detalles que indican no solo el control sobre los médicos y demás integrantes de las misiones sino que además imponen sanciones muy duras para aquellos que quieran escaparse de esos controles.

Esto sería indicativo de la preocupación que sienten en Cuba ante la desmoralización de sus enviados, los atrasos en la falta de pago por parte del gobierno venezolano a Cuba y de ésta a los médicos y funcionarios en Venezuela.

Como me señaló un “doctor”: “hay meses en los que nos dan solo azúcar para comer...nos dicen que no han llegado los pesos...el deterioro de la moral avanza”.

Aqui algunos de los artículos:

**POR CUANTO:** En virtud del Decreto-Ley N° 264, de fecha 2 de marzo de 2009, se crea el Ministerio del Comercio Exterior y la Inversión Extranjera, como Organismo de la Administración Central del Estado y, en consecuencia, se extinguen como tales el Ministerio del Comercio Exterior y el Ministerio para la Inversión Extranjera y la Colaboración Económica.

**POR CUANTO:** El antes citado Decreto Ley establece en sus Disposiciones Especiales Primera y Segunda que dicho Ministerio es continuador de las atribuciones, funciones, derechos y obligaciones del extinto Ministerio para la Inversión Extranjera y la Colaboración Económica y que las menciones que en la legislación vigente se hacen al

---

<sup>69</sup>RURUNES. Cuba con control y amenazas a barrio adentro y a otros misioneros para que no se escapen.

**RunRun.es.** 18 outubro 2010. Disponível em: <<http://runrun.es/runrunes-de-bocaranda/runrunes/5737/cuba-con-control-y-amenazas-a-barrio-adentro-y-a-otros-misioneros-para-que-no-se-escapen.html>>. Acesso em 26 out. 2014.

organismo extinguido, se considerarán referidas al Ministerio del Comercio Exterior y la Inversión Extranjera.

POR CUANTO: De conformidad con lo previsto en el Acuerdo N° 2822, de fecha 25 de noviembre de 1994, del Comité Ejecutivo del Consejo de Ministros, el Ministerio para la Inversión Extranjera y la Colaboración Económica era el organismo de la Administración Central del Estado encargado, entre otras funciones, de normar y controlar la asistencia técnica que Cuba brinda a otros países, así como participar en la atención a ésta.

POR CUANTO: El Acuerdo N° 2817, de fecha 25 de noviembre de 1994, del Comité Ejecutivo del Consejo de Ministros, en su Apartado Tercero inciso 4), establece que corresponde a los Jefes de los Organismos de la Administración Central del Estado dictar, en el límite de sus funciones y competencias, Reglamentos, Resoluciones y otras disposiciones de obligatorio cumplimiento para el sistema del Organismo y, en su caso, para los demás Organismos, Órganos Locales del Poder Popular, entidades estatales, sector cooperativo, mixto, privado y la población.

POR CUANTO: El Acuerdo N° 5436 del Comité Ejecutivo del Consejo de Ministros, de fecha 21 de abril del 2005 autorizó al Ministro para la Inversión Extranjera y la Colaboración Económica para dictar el Reglamento Disciplinario para los trabajadores civiles cubanos que prestan servicios en el exterior como colaboradores internacionalistas y para aquellos que lo prestan por medio de contratos de asistencia técnica amparados en Convenios Internacionales de Colaboración.

POR CUANTO: Mediante la Resolución N° 38, de fecha 27 de junio del 2005, dictada por la Ministra para la Inversión Extranjera y la Colaboración Económica, se aprobó el “Reglamento Disciplinario para los trabajadores civiles cubanos que prestan servicios en el exterior como Colaboradores Internacionalistas y para aquellos que lo prestan a través de contratos de asistencia técnica amparados en Convenios Intergubernamentales de Colaboración”.

POR CUANTO: La experiencia adquirida en la aplicación de la Resolución a que se contrae el POR CUANTO anterior, y la necesidad de fortalecer el orden laboral, la educación de los colaboradores y el enfrentamiento a las indisciplinas en ocasión del cumplimiento por éstos de sus respectivas misiones de colaboración en el exterior, aconsejan su revisión y actualización.

POR CUANTO: Por Acuerdo del Consejo de Estado de fecha dos de marzo de 2009, fue designado el que Resuelve como Ministro del Comercio Exterior y la Inversión Extranjera.

POR TANTO: En el ejercicio de las facultades que me están conferidas:

RESUELVO:

PRIMERO: Aprobar el “Reglamento Disciplinario para los trabajadores civiles cubanos que prestan servicios en el exterior como colaboradores”, que a continuación se establece:

“REGLAMENTO DISCIPLINARIO PARA LOS TRABAJADORES CIVILES CUBANOS QUE PRESTAN SERVICIOS EN EL EXTERIOR COMO COLABORADORES”

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSICIONES GENERALES

ARTICULO 1.- El presente Reglamento tiene por objeto establecer el régimen disciplinario de los trabajadores civiles cubanos que prestan servicios en el exterior como colaboradores, en cualquiera de los programas o categorías de la asistencia técnica que se brinda, durante el período de prestación de éstos.

Se exceptúan de lo establecido en el párrafo anterior los expertos cubanos contratados por Organismos Internacionales, a quienes este Reglamento no será de aplicación.

#### CAPÍTULO II

##### DE LOS DEBERES DE LOS COLABORADORES

ARTÍCULO 2.- Los colaboradores realizan sus actividades de acuerdo con lo establecido en el Código de Ética del Órgano, Organismo o entidad nacional de procedencia, así como aquel que se encuentre implementado para el país donde presten servicios, debiendo observar los deberes siguientes:

a) cumplir las leyes y respetar a las autoridades, los símbolos patrios y las costumbres del país donde se encuentran;

b) tener un comportamiento político, laboral y social ético acorde con los principios que rigen en nuestra sociedad;

c) mantenerse informados sobre los acontecimientos que tengan lugar en el escenario nacional e internacional, incluido aquellos que tengan lugar en el país donde presta colaboración;

d) cumplir las reglas de convivencia dentro del colectivo, siendo respetuosos con sus superiores y demás compañeros de trabajo;

e) vestir correctamente, de acuerdo con la actividad que desarrollan, y las normas de la ética profesional;

f) asistir puntualmente al trabajo y demás actividades y cumplir el plan de trabajo asignado, aprovechando debidamente la jornada laboral;

g) cuidar y proteger los medios y recursos que se adquieran por la Misión de

colaboración para el desempeño del trabajo y el uso colectivo, o sean entregados por el país receptor;

h) acatar las disposiciones que a través de los jefes de contingentes, brigadas o grupos, reciban del funcionario a cargo de la actividad de colaboración en la Misión Estatal;

i) informar a sus superiores de las violaciones de las normas disciplinarias de que tengan conocimiento, así como de aquellas otras conductas inapropiadas que perjudiquen el prestigio de la misión o del colaborador o que pongan en peligro su integridad física o salud, así como las de sus compañeros;

j) regresar a Cuba al concluir su misión, en la fecha y a través de los medios de transportación señalados por la entidad que los envió;

k) cumplir con las regulaciones aduanales que rigen en Cuba, y en el país donde prestan sus servicios o donde se transita durante el viaje;

l) cumplir con las regulaciones sanitarias establecidas para el mantenimiento de su salud colaborador y del resto del colectivo;

m) cumplir con lo contratado o pactado con la entidad cubana responsable de la prestación de sus servicios en el exterior; e

n) informar al jefe inmediato superior de sus relaciones amorosas con nacionales o extranjeros, residentes o no en el país donde presta colaboración, y en su caso, con antelación suficiente a su concertación, sobre la intención de contraer matrimonio en el país donde prestan los servicios.

### CAPÍTULO III

#### DE LOS DERECHOS DE LOS COLABORADORES

##### ARTÍCULO 3.- Los colaboradores tendrán los derechos siguientes:

a) recibir gratuitamente atención médica y hospitalaria;

b) conocer antes de la salida hacia el país en el cual prestarán sus servicios, el tipo de trabajo que realizarán y el tiempo que durará su prestación;

c) conocer el estipendio que recibirán, o el salario que devengarán;

d) recibir información sobre las características, hábitos y costumbres del país donde prestarán sus servicios;

e) conocer el contenido de este Reglamento;

f) recibir y enviar correspondencia a través de los canales establecidos al efecto, así como recibir periódicamente la prensa que se destina a la colaboración;

g) recibir el estipendio o salario establecido en la moneda que se acuerde con la entidad cubana que lo envía;

h) optar, una vez concluida la misión, por los estímulos morales y materiales que establece la legislación cubana;

i) recibir por escrito la evaluación de su trabajo;

j) disfrutar del periodo de vacaciones de acuerdo con lo establecido en cada caso;

k) aceptar, previa aprobación de sus superiores, invitaciones de entidades docentes, laborales o de personalidades del país en que prestan sus servicios, cursadas con motivo de algún reconocimiento meritorio individual o colectivo, así como las de la población; y

l) viajar a Cuba por concepto de vacaciones anticipadas, previa autorización de sus superiores o, en su caso, de acuerdo con la contraparte extranjera, ante enfermedad grave o fallecimiento del padre, la madre, hijos, hermanos o cónyuge.

ARTÍCULO 4.- En adición a los derechos establecidos en el Artículo precedente, y siempre que medie un comportamiento extraordinario en el cumplimiento de la misión, el Jefe del organismo, órgano o entidad nacional de procedencia del colaborador valorará, en caso de un regreso anticipado por las causas a que se refiere el inciso l) de ese Artículo, o cuando la misión se interrumpa por situaciones en el país receptor que aconsejen la retirada de la colaboración, sin que existan posibilidades de reincorporación, que se le considere a éste como cumplida la misión.

#### CAPÍTULO IV

#### DE LAS INFRACCIONES DE LA DISCIPLINA

ARTÍCULO 5.- Se consideran infracciones de la disciplina de los colaboradores respecto a su comportamiento en las actividades que desarrollan, las siguientes:

a) incumplir sus funciones, responsabilidades o plan de trabajo personal, o el de la actividad a su cargo, por negligencia o cualquier otra causa dependiente de su voluntad;

b) abandonar las funciones o responsabilidades que correspondan a su cargo, así como prestar servicios ajenos a los que está obligado por concepto de prestación de asistencia técnica, sean o no remunerados;

c) incumplir el horario de trabajo;

d) ausentarse al trabajo o abandonar éste de manera injustificada;

e) falsear la información que deba suministrar, así como suministrar ésta con errores o incumplir el término en que debía ser brindada;

f) no informar a los jefes de colectivos o brigadas de cualquier hecho que conozcan constitutivo de indisciplinas o conductas inapropiadas que perjudiquen su prestigio, o el de otro colaborador o la misión, o que pongan en peligro su integridad física o su salud, o las de otros colaboradores;



- g) incumplir con el sistema de localización establecido en el país donde se encuentre;
- h) extraviar o deteriorar documentos de trabajo que posea por razón de su cargo o función;
- i) participar en actos públicos de carácter político o social sin la debida autorización;
- j) emitir criterios o valoraciones ante órganos de prensa, radio o televisión que comprometan la colaboración cubana o sobre situaciones internas del centro de trabajo donde presta sus servicios o del país donde se encuentra, sin que haya recibido instrucciones y autorizaciones previas al respecto;
- k) ausentarse injustificadamente en las actividades programadas por el colectivo cubano;
- l) abandonar el país donde esté prestando sus servicios sin que haya recibido instrucciones y autorizaciones previas al respecto;
- m) no presentarse injustificadamente, a la mayor brevedad, ante las personas o autoridades cubanas, o del país receptor de la misión, que le hayan autorizado algún viaje a provincias o localidades distintas a la de su centro de trabajo o residencia, así como extender innecesariamente su presencia fuera del lugar donde trabaja o resida, una vez concluidas las razones que la motivaron, sin que haya sido autorizado para ello;
- n) no regresar en el tiempo establecido, sin mediar causas justificadas, al país donde esté prestando sus servicios una vez terminadas sus vacaciones en Cuba;
  - o) no preservar los medios e instrumentos de trabajo y demás bienes y recursos que le hayan sido asignados para la prestación de sus servicios;
- p) no adoptar las medidas que estén a su alcance para evitar que los bienes o recursos bajo su custodia, en su lugar de trabajo o residencia, sean sustraídos, extraviados, desviados, deteriorados o inutilizados;
- q) apropiarse, o permitir que otros se apropien, en su lugar de trabajo o residencia, de los bienes y recursos bajo su responsabilidad o custodia;
- r) no tener actualizados, por negligencia u otra razón que le sea imputable, los inventarios de recursos materiales bajo su responsabilidad o custodia;
- s) ingerir bebidas alcohólicas en horario laboral o en su puesto de trabajo, o concurrir al trabajo en estado de embriaguez o bajo el efecto de sustancias que provoquen efectos similares;
- t) fingir una enfermedad que no padezca u ocultar una que sí padece, especialmente si se tratase de carácter contagioso;
- u) ejercer sus funciones de modo contrario a las leyes o a cualquier otra disposición

de obligatorio cumplimiento;

v) incumplir con las regulaciones sanitarias establecidas para preservar su salud y la de su colectivo;

w) incumplir con las medidas para el uso de los medios informáticos y seguridad informática establecidas;

x) extraer del país donde esté prestando sus servicios – o introducir en él – materiales genéticos, fitogenéticos, zoogenéticos, o de variedades y transferencias de tecnologías, sin la debida autorización de las autoridades competentes;

y) incumplir con el Código de Ética del sector en el cual laboren los colaboradores, o con el Código de Ética propio del país donde presten sus servicios de existir éste; e

z) incumplir las orientaciones de los jefes de colectivo, grupo o brigada, siempre y cuando no estén en contradicción con las disposiciones legales vigentes y los principios éticos y revolucionarios.

ARTÍCULO 6.- Se consideran infracciones de la disciplina respecto de las relaciones del colaborador con otros colaboradores, las siguientes:

a) solicitar o instar a un compañero la realización de actividades delictivas o que infrinjan la disciplina;

b) no mantener el debido orden y limpieza en el lugar de residencia o de los medios de uso colectivo;

c) perturbar el descanso de otros colaboradores;

d) tomar, disponer o utilizar sin autorización, los artículos de uso personal de otro colaborador;

e) maltratar de obra o palabra, o no tratar con el debido respeto, a superiores, compañeros de trabajo o a terceras personas;

f) convivir en los lugares de residencia de los colaboradores con personas no autorizadas;

g) provocar o participar en alteraciones del orden que traigan como consecuencia riñas u otros actos contrarios a las normas de comportamiento; y

h) difundir o propagar criterios o rumores que vayan en detrimento de la moral o el prestigio del colectivo o de algún integrante de éste.

ARTÍCULO 7.- Se consideran infracciones de la disciplina respecto a las relaciones del colaborador con la población del país donde presta sus servicios, las siguientes:

a) no guardar el debido respeto a los ciudadanos o residentes del país donde se encuentra, así como maltratarlos de obra o de palabra;

- b) realizar actos contra la moral y las buenas costumbres;
- c) interesar de autoridades o personal nativo o extranjero el préstamo o entrega de dinero, o de productos u otros recursos para su uso y beneficio personal;
- d) exigir dinero, regalos, o servicios de nativos o extranjeros a cambio de la prestación de sus servicios o el ejercicio de cualquier actividad inherente a sus funciones; y
- e) utilizar las relaciones de trabajo con ciudadanos extranjeros en beneficio propio.

ARTÍCULO 8.- Se consideran infracciones de la disciplina relacionadas con el prestigio y la conducta social de los colaboradores, las siguientes:

- a) realizar labores no autorizadas con ánimo de lucro o beneficio personal;
- b) participar, o propiciar que otros participen, en juegos de azar donde medien apuestas, en compraventa ilícita de divisas, compra en mercado negro o cualquier otra actividad de este género prohibida en Cuba;
- c) frecuentar lugares que dañen su prestigio en el concepto público;
- d) concurrir a lugares que, dadas sus características, resulten proclives a alteraciones del orden público;
- e) comportarse inadecuadamente en cualquier lugar público o medio de transportación, contraviniendo el orden y las regulaciones establecidas al efecto;
- f) cometer hechos que puedan ser constitutivos de delitos;
- g) sostener relaciones con nacionales o extranjeros, residentes en el país donde se encuentran cuya conducta no esté acorde con los principios y valores de la sociedad cubana;
- h) sostener relaciones de amistad o vínculos de otro tipo, con ciudadanos cubanos residentes o no en el país donde se presta la colaboración, o nacionales del país donde se presta la colaboración, o extranjeros, que asuman posiciones hostiles o contrarias a la Revolución cubana;
- i) sostener relaciones de amistad o vínculos de otro tipo con ciudadanos cubanos, residentes o no en el país donde se presta la colaboración, que hayan abandonado el cumplimiento de la misión o se aprovechasen de la misma para abandonar el territorio cubano de manera definitiva;
- j) sostener relaciones de amistad o vínculos de otro tipo con ciudadanos cubanos, residentes o no en el país donde se presta la colaboración y que se constituyan en promotores de un modo de vida contrario a los principios que deben caracterizar a un colaborador cubano en el exterior;
- k) establecer disposiciones, imponer deberes o hacer exigencias no contenidas dentro de sus facultades;

- l) embriagarse habitualmente;
- m) portar o usar armas blancas o de fuego, sin la debida autorización;
- n) impedir o entorpecer la presentación de reclamaciones o quejas o no tramitarlas adecuadamente;
  - o) abandonar o hacer dejación de la prestación de sus servicios sin causas justificadas;
- p) no informar a los superiores de los obsequios que reciba de parte de los nacionales o extranjeros;
- q) gestionar con nacionales o extranjeros invitaciones a familiares o a terceras personas para visitar el país donde se encuentre;
- r) conducir medios de transporte sin licencia de conducción y sin estar autorizados para ello;
- s) incumplir las regulaciones aduanales cubanas, o las del país donde cumple la misión o transite;
- t) no informar a la jefatura de la misión, con antelación suficiente, sobre la intención de contraer matrimonio en el país donde presta servicios; y
- u) servirse de su condición de colaborador para gestionar en su favor declaraciones o firmas de personas de la comunidad, para su beneficio personal en proceso disciplinario o similar, confiriéndole a los hechos sobre los cuales interesa tales declaraciones o firmas una trascendencia distinta.

## CAPÍTULO V

### DE LAS MEDIDAS DISCIPLINARIAS

ARTICULO 9.- Las infracciones de la disciplina a las que se refiere este Reglamento, serán objeto de las medidas disciplinarias que se imponen por las autoridades competentes, tomando en consideración la importancia y gravedad de los hechos, las circunstancias concurrentes, las consecuencias, daños y perjuicios causados, y la intención, conducta y condiciones personales del infractor – incluido su carácter primario o reincidente -, oído el parecer de los responsables del contingente, brigada o grupo y de las organizaciones políticas.

ARTÍCULO 10.- Las medidas disciplinarias que podrán imponerse son las siguientes:

- a) Amonestación Pública, ante su colectivo de colaboradores o ante los funcionarios de la Misión Estatal, según la gravedad del hecho;
- b) Multa entre un cinco por ciento (5%) y un veinte por ciento (20%) del salario en

moneda nacional que recibe el colaborador por el término de hasta un (1) año, según la gravedad de la indisciplina cometida;

c) Pérdida Temporal del estímulo en pesos convertibles a que tiene derecho el colaborador una vez cumplida la misión;

d) Traslado de Puesto de Trabajo dentro del propio distrito o ciudad, con condiciones laborales diferentes a las que tenía;

e) Traslado de Puesto de Trabajo a otro distrito o zona dentro del país receptor de la misión, con condiciones laborales diferentes a las que tenía;

f) Democión del cargo;

g) Revocación de la Misión, o

h) Expulsión de la Misión.

ARTÍCULO 11.- Las medidas disciplinarias establecidas en los incisos a), b), c), d), e) y f) del Artículo anterior son efectivas a partir del día hábil siguiente al de su notificación, con independencia de que se muestre inconformidad contra ellas.

ARTÍCULO 12.- Las medidas disciplinarias de Revocación de la Misión y de Expulsión de la Misión, serán efectivas una vez resuelto el Recurso de Apelación en su caso interpuesto, excepto que circunstancias excepcionales aconsejen su ejecución inmediata.

ARTÍCULO 13.- La medida disciplinaria de Amonestación Pública consiste en la crítica que recibe el infractor de la disciplina ante su colectivo de colaboradores o ante los funcionarios de la Misión Estatal, y consecuentemente la confección de un Acta donde el colaborador establecerá el compromiso expreso de no incurrir en nuevas indisciplinas.

ARTÍCULO 14.- La medida disciplinaria de Multa consiste en la imposición de un descuento mensual, entre el cinco por ciento (5%) y el veinte por ciento (20%) del salario en moneda nacional que recibe el colaborador en Cuba.

ARTÍCULO 15.- La medida disciplinaria de Pérdida Temporal del estímulo en pesos convertibles a que tiene derecho el colaborador una vez cumplida la misión, consiste en suspenderle la estimulación en pesos convertibles que éste tiene derecho a recibir en Cuba.

La duración de su aplicación no excederá de seis (6) meses.

ARTÍCULO 16.- La medida disciplinaria de Traslado de Puesto de Trabajo dentro del propio distrito o ciudad consiste en el movimiento del colaborador a una plaza igual a la que ocupaba pero en un lugar distinto con condiciones laborales inferiores a las que tenía.

ARTÍCULO 17.- La medida disciplinaria de Traslado de Puesto de Trabajo a otro distrito o zona dentro del país consiste en el movimiento, dentro del país, de la localidad en la cual se cumple la misión, hacia un lugar con condiciones laborales inferiores a aquellas en las

que se encontraba.

Al objeto de la imposición de esta medida disciplinaria, y previo a su decisión, la autoridad competente actuante realizará las consultas correspondientes a la jefatura de la misión de que se trate, a fin de asegurar que existan las condiciones para aplicar dicha medida.

ARTÍCULO 18.- La medida disciplinaria de Democión del Cargo se aplicará en el caso específico del Jefe de Contingente, brigada o grupo de colaboradores.

ARTÍCULO 19.- La medida disciplinaria de Revocación de la Misión consiste en el regreso a Cuba y la pérdida de los estímulos morales y materiales a los que se hubiera tenido derecho, razón por la cual dicha misión se considerará incumplida a todos los efectos y sin derecho a cumplir una nueva misión en un plazo no menor al de cinco (5) años.

ARTÍCULO 20.- La medida disciplinaria de Expulsión de la Misión es la medida de mayor severidad y consiste en el regreso a Cuba; implica la pérdida de los estímulos morales y materiales a los que hubiera tenido derecho. Se considerará incumplida la misión a todos los efectos y sin derecho a cumplir una nueva misión en un plazo no menor al de diez (10) años.

ARTÍCULO 21.- Las medidas disciplinarias se imponen mediante resolución o escrito fundado de la autoridad facultada, donde se hará constar, con claridad y precisión, lo siguiente:

- a) nombre y apellidos del colaborador;
- b) los hechos que motivan la imposición de la medida disciplinaria, consignando las fechas de su ocurrencia y la calificación de la conducta infractora según lo previsto en este Reglamento Disciplinario;
- c) las pruebas que haya practicado para conocer y comprobar dichos hechos y su responsabilidad;
- d) la valoración sobre la trascendencia, gravedad y consecuencias de los hechos;
- e) la valoración sobre la conducta y comportamiento anterior y posterior a los hechos del colaborador;
- f) los hechos que resulten probados y la medida disciplinaria que se aplica;
- g) el término que tiene el colaborador para impugnar la medida disciplinaria y ante quién;
- h) el término de rehabilitación que le corresponde a la medida aplicada;
- i) la fecha y lugar de la resolución o escrito fundado; y
- j) los nombres, apellidos, cargo y firma de los integrantes de la Comisión Disciplinaria que impone la medida.

Esta resolución o escrito fundado formará parte del expediente disciplinario y

laboral del colaborador.

ARTÍCULO 22.- Las medidas disciplinarias impuestas a los colaboradores se reflejarán en la Evaluación del Resultado de su trabajo al concluir la misión, la cual se hará llegar a su centro de procedencia para su incorporación al expediente laboral.

Se exceptúan de lo establecido en el párrafo precedente aquellas medidas disciplinarias para las que hubiese transcurrido el período de rehabilitación previsto.

ARTÍCULO 23.- Cualquier medida disciplinaria de aquellas que se establecen en este Reglamento se aplica con independencia de la responsabilidad penal o material exigible.

## CAPÍTULO VI

### DE LAS AUTORIDADES COMPETENTES PARA CONOCER DE LAS INFRACCIONES DE LA DISCIPLINA Y LA SOLUCION DE LOS RECURSOS

ARTÍCULO 24.- Las autoridades competentes para conocer de las infracciones de la disciplina que cometan los colaboradores e imponer las medidas disciplinarias correspondientes, o, en su caso, resolver la inconformidad sobre la medida disciplinaria impuesta, serán los siguientes:

a) la Comisión Disciplinaria de Base, que se creará a nivel de localidades, agrupaciones de territorios, o municipios, atendiendo al número de colaboradores en el lugar correspondiente;

b) la Comisión Disciplinaria de Estado o Provincia, que se constituirá, según la estructura político-administrativa del país donde se preste la colaboración, a nivel de Estado o Provincia, según corresponda, y tendrá su sede en cualquier ciudad del Estado o Provincia;

c) la Comisión Disciplinaria Central, que se constituirá a nivel del país y tendrá su sede en cualquier ciudad del país;

d) el funcionario de la Misión Estatal cubana en el país que tenga a su cargo la atención de la actividad de colaboración;

e) los jefes de las entidades cedentes de los colaboradores; y

f) los Jefes de los Órganos y Organismos de la Administración Central del Estado, o de entidades nacionales, de procedencia de los colaboradores.

No obstante lo establecido en el párrafo precedente, cuando la estructura político-administrativa del país donde se preste la colaboración y el número de colaboradores cubanos allí existente así lo aconsejen, a partir de la decisión conjunta de la Jefatura de las Misiones de colaboración presentes en dicho país y del funcionario de la Misión Estatal cubana en el país que tenga a su cargo la atención de la actividad de colaboración, podrá prescindirse de la Comisión Disciplinaria de Estado o Provincia a que el mencionado párrafo se refiere.

Asimismo, y considerando la presencia de un número importante de colaboradores cubanos en la República Bolivariana de Venezuela, se faculta a los jefes de las misiones sociales de Salud Pública, Cultura, Deportes, Agricultura y Educación que se encuentran prestando colaboración en ese país para que, con carácter excepcional, mantengan o conformen, según sea el caso, de manera independiente, sus propias Comisiones Disciplinarias Centrales. Las restantes Misiones con presencia en ese país deberán cumplir con lo establecido respecto del sometimiento a la Comisión Disciplinaria Central, entendiendo por tal la existente a nivel de país, tal como se define en el presente Reglamento.

Las Comisiones Disciplinarias Centrales en los sectores de Salud Pública, Cultura, Deportes, Agricultura, Educación u otro que lo requiera, podrán igualmente establecerse en otros países donde el número de colaboradores cubanos allí existente así lo aconseje, a partir de la decisión conjunta de las Jefaturas de las Misiones presentes en dicho país y del funcionario de la Misión Estatal cubana en el país que tenga a su cargo la atención de la actividad de colaboración, previa autorización del que resuelve.

ARTÍCULO 25.- Las Comisiones Disciplinarias de Base actuarán como autoridad competente en primera instancia en el conocimiento de las infracciones de la disciplina cometidas por los colaboradores, excepto los supuestos a que, en su caso, se refieren los Artículos 27, 28 y 29 de este Reglamento.

ARTÍCULO 26.- Las Comisiones Disciplinarias de Base estarán integradas por tres (3) miembros; uno de los cuales actuará como Presidente, otro como Secretario y el tercero como Vocal, y que serán elegidos por los colaboradores. De igual forma se elegirán dos (2) miembros suplentes que actuarán cuando los miembros permanentes no puedan cumplir con esas funciones.

ARTÍCULO 27.- La Comisión Disciplinaria del Estado o Provincia será competente para conocer:

a) en primera instancia, de las infracciones de la disciplina en que incurran los jefes de brigada o grupo, los colaboradores que integren las jefaturas de brigada o grupo, los miembros de las Comisiones Disciplinarias de Base y, excepcionalmente, de aquellos hechos que por su naturaleza, circunstancias en que ocurrieron, extrema gravedad o trascendencia, así lo ameriten. En este último caso, podrá reclamar el expediente a la Comisión Disciplinaria de Base que tuviera conocimiento del mismo; y

b) en segunda instancia, de todos los Recursos de Reforma presentados contra las Resoluciones dictadas por las Comisiones Disciplinarias de Base.

ARTÍCULO 28.- La Comisión Disciplinaria Central será competente para conocer:



a) en primera instancia, de las infracciones de la disciplina en que incurran los jefes de contingente, los colaboradores que integran la jefatura del contingente, los miembros de las Comisiones Disciplinarias de Estado o Provincia y Central y, excepcionalmente, de aquellos hechos que por su naturaleza, circunstancias en que ocurrieron, extrema gravedad o trascendencia, así lo ameriten. En este último caso, podrá reclamar el expediente a la Comisión Disciplinaria que tuviera conocimiento del mismo; y

b) en segunda instancia, de todos los Recursos de Reforma presentados contra las Resoluciones dictadas por las Comisiones Disciplinarias de Estado o Provincia.

En su caso, cuando en atención a circunstancias concurrentes no exista la Comisión Disciplinaria del Estado o Provincia, la Comisión Disciplinaria Central será competente para conocer:

a) en primera instancia, de las infracciones de la disciplina en que incurran los jefes de contingente, brigada o grupo, los colaboradores que integran la jefatura de los contingentes, brigada o grupo, los miembros de las Comisiones Disciplinarias de Base y Central y, excepcionalmente, de aquellos hechos que por su naturaleza, circunstancias en que ocurrieron, extrema gravedad o trascendencia, así lo ameriten. En este último caso, podrá reclamar el expediente a la Comisión Disciplinaria de Base que tuviera conocimiento del mismo; y

b) en segunda instancia, de todos los Recursos de Reforma presentados contra las Resoluciones dictadas por las Comisiones Disciplinarias de Base.

ARTÍCULO 29.- Sin perjuicio de las disposiciones establecidas en los Artículos 25, 27 y 28 precedentes, será competente para conocer de las infracciones cometidas por dos o más colaboradores:

a) La Comisión Disciplinaria de superior jerarquía, cuando los colaboradores infractores, por razón de su categoría o condición, deban ser analizados por dos o más Comisiones Disciplinarias de igual jerarquía;

b) La Comisión Disciplinaria de superior jerarquía, cuando alguno de los colaboradores infractores, por razón de su categoría o condición, deba ser analizado por esa Comisión Disciplinaria.

Dado el caso, en la República Bolivariana de Venezuela o en otro país, donde se establezcan, conforme con lo previsto en el Artículo 24 las Comisiones Disciplinarias Centrales de Salud Pública, Cultura, Deportes, Agricultura, Educación u otra:

a) de resultar competentes para conocer de las infracciones cometidas por razón de la categoría o condición de los colaboradores, respectivamente la Comisión Disciplinaria Central y las Comisiones Disciplinarias de Salud Pública, Cultura, Deportes, Agricultura o

Educación, conocerá de las infracciones cometidas la Comisión Disciplinaria Central.

b) de resultar competentes para conocer de las infracciones cometidas por razón de la categoría o condición de los colaboradores, respectivamente dos o más Comisiones Disciplinarias sectoriales – de Salud Pública, Cultura, Deportes, Agricultura o Educación -, conocerá de las infracciones cometidas la Comisión Disciplinaria Central.

ARTÍCULO 30.- La Comisiones Disciplinarias del Estado o Provincia, y Central, respectivamente, estarán integradas por cinco (5) miembros; uno de los cuales la presidirá, otro tendrá la responsabilidad de actuar como Secretario y los restantes como Vocales. De igual forma se elegirán tres (3) miembros suplentes, los que actuarán en caso de imposibilidad de los miembros permanentes.

ARTÍCULO 31.- Para que las Comisiones Disciplinarias del Estado o Provincia, y Central, respectivamente, puedan sesionar y adoptar acuerdos, será necesaria la presencia, como mínimo, de tres (3) miembros, incluido su Presidente.

ARTÍCULO 32.- En ningún caso en que sesione una Comisión Disciplinaria – de Base, Estado o Provincia, o Central – podrá figurar entre sus integrantes persona alguna que tenga relación alguna de amistad o enemistad manifiesta, o vínculo familiar, con el implicado en la indisciplina que será objeto de análisis, ni la persona que puso en conocimiento de la autoridad facultada el hecho en cuestión.

ARTÍCULO 33.- Todo miembro de una Comisión Disciplinaria, independientemente de la naturaleza de ésta, debe reunir las condiciones siguientes:

- a) ser miembro de la misión;
- b) tener buena disciplina y actitud ante el trabajo;
- c) observar buena conducta social;
- d) actuar bajo los principios de la ética socialista; y
- e) no haber sido sancionado por la comisión de infracciones de la disciplina,

excepto que haya sido rehabilitado.

ARTÍCULO 34.- El funcionario a cargo de la actividad de colaboración en la Misión Estatal, actuará en función de autoridad competente para resolver el Recurso de Apelación interpuesto contra las decisiones adoptadas, respectivamente, por las Comisiones Disciplinarias del Estado o Provincia, y Central.

Para la solución de las inconformidades de que conozca, el funcionario a cargo de la actividad de colaboración en la Misión Estatal, se asistirá de una Comisión o grupo de expertos.

ARTÍCULO 35.- Los Jefes de los Órganos y Organismos de la Administración

Central del Estado o, en su caso, de las entidades nacionales, de procedencia de los colaboradores actuarán como autoridad competente para conocer y resolver el Recurso de Alzada presentado contra las resoluciones dictadas o escritos fundados por el funcionario de la Misión Estatal cubana en el país que tenga a su cargo la atención de la actividad de colaboración.

ARTÍCULO 36.- En cuanto a las infracciones de la disciplina cometidas durante el cumplimiento de la misión y cuya ocurrencia es conocida una vez cumplida – o concluida ésta por alguna razón – y encontrarse el colaborador en el territorio nacional, los jefes de las entidades cedentes aplicarán, en correspondencia con la actual categoría ocupacional de éste, y las violaciones de la disciplina establecidas en la legislación y en los reglamentos disciplinarios de los órganos, organismos o entidades nacionales de procedencia, cualesquiera de las medidas disciplinarias establecidas en ellas.

En su caso, conocida la infracción una vez cumplida la misión – o concluida ésta por alguna razón – y encontrarse el colaborador en el territorio nacional en una entidad distinta a su entidad cedente, el jefe de ésta propondrá a la entidad donde se encuentra vinculado laboralmente el colaborador la aplicación a éste, en correspondencia con su actual categoría ocupacional y las violaciones de la disciplina establecidas en la legislación y en los reglamentos disciplinarios de los órganos, organismos o entidades nacionales de procedencia, de cualesquiera de las medidas disciplinarias establecidas en la legislación vigente.

## CAPÍTULO VII

### DE LOS TERMINOS

ARTICULO 37.- Las medidas disciplinarias se impondrán dentro de los treinta (30) días hábiles siguientes a la fecha en que la autoridad competente conozca de los hechos constitutivos de infracción de la disciplina.

ARTÍCULO 38.- La acción para imponer la medida disciplinaria prescribe transcurrido un (1) año de la fecha en que se cometió la infracción.

## CAPÍTULO VIII

### DEL PROCESO DISCIPLINARIO

ARTÍCULO 39.- En los procesos disciplinarios y en la solución de los recursos que se interpongan en caso de inconformidad con las medidas disciplinarias impuestas, rigen los principios procesales siguientes:

a) inmediatez, por el cual se garantiza la presencia de la autoridad facultada para conocer de los hechos en todos los actos del procedimiento;

b) unidad del acto, con el objetivo de obtener la mayor claridad de los hechos expuestos por los concurrentes al mismo;

c) celeridad, en virtud del cual los procesos disciplinarios deben ser resueltos, con la mayor rapidez posible, sin que ello implique menoscabo de las garantías procesales;

d) sencillez, que despoja al procedimiento de formalismos y solemnidades innecesarios;

e) oralidad, por el predominio en el proceso de la forma oral;

f) publicidad, ya que las comparecencias y otros actos procesales pueden ser presenciados por los colaboradores que no sean parte en el proceso disciplinario; y

g) respeto a la legalidad, en el cual los integrantes de las Comisiones Disciplinarias, el funcionario de la Misión Estatal cubana en el país que tenga a su cargo la atención de la actividad de colaboración, y en su caso los Jefes de los Órganos y Organismos de la Administración Central del Estado, o entidades nacionales, de procedencia de los colaboradores, deben obediencia a la ley, así como al cumplimiento de las decisiones conclusivas firmes adoptadas.

ARTÍCULO 40.- Todos los colaboradores, y en especial los jefes de contingentes, brigadas o grupos, y quienes administren recursos materiales y financieros, están obligados a poner en conocimiento inmediato de la Comisión Disciplinaria del nivel correspondiente, los hechos que conocieran que pudieran ser constitutivos de alguna de las infracciones de la disciplina previstas en el presente Reglamento.

ARTÍCULO 41.- La denuncia a la que se refiere el Artículo precedente se efectuará por escrito, u oralmente, ante cualquiera de los miembros que integran la Comisión Disciplinaria actuante, quien redactará un acta que debe ser firmada por el exponente de los hechos.

ARTÍCULO 42.- Recibida la comunicación o conocida la ocurrencia de un acto de indisciplina por la Comisión Disciplinaria, el Presidente dispondrá de inmediato que el Secretario radique el correspondiente expediente en el Registro habilitado a tal efecto y cuidará que se practiquen las comprobaciones que sean necesarias según el caso.

ARTÍCULO 43.- Si por las características del hecho o sus consecuencias, procediera notificar de ello a la autoridad competente superior, el Presidente de la Comisión Disciplinaria de Base, o Estado o Provincia, dispondrá para-ello de un término de siete (7) días hábiles a partir del conocimiento del hecho. Si se tratare de una infracción de la disciplina que, adicionalmente, pudiera ser constitutivo de delito, la propia autoridad actuante procederá a dar cuenta a las autoridades cubanas correspondientes.

ARTÍCULO 44.- Concluidas las tramitaciones a las que se refieren los Artículos precedentes y con los resultados de las verificaciones realizadas, si se estimare que existen las

pruebas necesarias, el Presidente, de inmediato, dispondrá que el Secretario cite, dentro de los cinco (5) días hábiles siguientes, al infractor, a los testigos y a cuantas personas fuere necesario, ante la Comisión Disciplinaria actuante para proceder a la celebración de la vista oral y pública. Cuando el hecho así lo amerite, la Comisión Disciplinaria podrá disponer que la vista se celebre en privado.

ARTÍCULO 45.- En el desarrollo de la vista oral el Presidente, después de abierta la sesión, dará la palabra al Secretario para que éste de lectura a los cargos existentes contra el infractor; y se recogerán en Acta los descargos del mismo, las declaraciones de los testigos convocados, así como las respuestas a las preguntas formuladas a cualquiera de ellos por los miembros de la Comisión.

ARTÍCULO 46.- El Acta confeccionada deberá estar firmada por los miembros de la Comisión Disciplinaria, el colaborador infractor y los testigos entrevistados. No obstante ante la negativa del colaborador de proceder a la firma del acta, deberá la Comisión Disciplinaria designar, entre los presentes, a dos (2) personas que acrediten y certifiquen la veracidad de la transcripción de las alegaciones del colaborador y la negativa de éste a su firma, tras lo cual deberá anexarse dicha acta al expediente confeccionado.

ARTÍCULO 47.- Escuchadas las declaraciones, los miembros de la Comisión Disciplinaria deliberarán en privado y, teniendo en cuenta la naturaleza de la infracción cometida, las circunstancias concurrentes, la importancia y gravedad de los hechos y, en su caso, las consecuencias, daños y perjuicios causados, las condiciones personales del colaborador – incluido su carácter primario o reincidente – y su conducta anterior y posterior a los hechos, llegarán a una conclusión por la mayoría simple de votos.

ARTÍCULO 48.- Reanudada la vista oral, se emitirá la decisión conclusiva acordada. En su caso, y cuando así lo estime oportuno la Comisión, se dejará el caso concluso para su decisión, la que no podrá exceder de setenta y dos (72) horas.

ARTÍCULO 49.- La decisión a la que arribe la Comisión Disciplinaria se expondrá a través de una resolución o escrito fundado, que deberá ser notificado al infractor dentro de las setenta y dos (72) horas siguientes a la fecha de la vista oral o de adopción de la decisión conclusiva de haber sido declarado el caso concluso para decisión, procediendo a enviar copia a la Comisión Disciplinaria del Estado o Provincia o, en su caso, a la Comisión Disciplinaria Central.

ARTÍCULO 50.- En el acto de notificación de la medida disciplinaria adoptada se procederá a dejar constancia mediante firma del notificado y la fecha en la que se procede a efectuar dicho acto en la copia de la resolución dictada o escrito fundado que queda en el

expediente disciplinario.

En caso de que el infractor se niegue a firmar, se procederá a firmar la misma por dos (2) testigos como constancia del acto de notificación de la medida impuesta.

ARTICULO 51.- Cuando la Comisión Disciplinaria del Estado o Provincia – o en su caso la Comisión Disciplinaria Central – tuviera conocimiento de una decisión conclusiva adoptada por una Comisión Disciplinaria de Base – o una Comisión Disciplinaria del Estado o Provincia – que no se corresponda con la gravedad de los hechos, u observare algún vicio en el procedimiento o injusticia notoria, podrá reclamar, de oficio, el expediente disciplinario del caso, modificando o anulando la medida disciplinaria impuesta, o disponer la presencia del infractor, los testigos y demás partes interesadas y decidir, si así lo considera, la celebración de una nueva vista oral a su nivel, contando para ello con un término de diez (10) días hábiles a partir de la fecha en que recibió la copia de la resolución dictada o escrito fundado por la autoridad que conoció del caso en primera instancia. Este proceso, realizado de oficio, tiene carácter extraordinario.

ARTÍCULO 52.- Las autoridades competentes para conocer de las infracciones de la disciplina que cometan los colaboradores e imponer las medidas disciplinarias correspondientes, y resolver lo que en cada caso proceda, habilitarán un consecutivo de las resoluciones dictadas o escritos fundados.

ARTÍCULO 53.- Las Comisiones Disciplinarias que conozcan en primera instancia de infracciones de la disciplina habilitarán, por cada una de ellas, un Expediente Disciplinario, que deberá contener los documentos siguientes:

- a) Documento donde se describa la infracción de la disciplina cometida; debidamente firmado por el emisor;
- b) Declaraciones de testigos, debidamente firmadas por los mismos;
- c) Diligencias de comprobación de los hechos constitutivos de la infracción disciplinaria cometida, firmadas por los declarantes;
- d) Actas de las Comisiones Disciplinarias firmadas por todos los que correspondan;
- e) Resoluciones o escritos fundados de las autoridades competentes imponiendo las medidas disciplinarias correspondientes o, en su caso, resolviendo los Recursos presentados, firmadas;
- f) Constancia de la notificación de las resoluciones dictadas o escritos fundados; y
- g) Escrito de solicitud de los Recursos de Reforma y Alzada.

Las Comisiones Disciplinarias o autoridades competentes que conozcan de los Recursos presentados contra las resoluciones dictadas o escritos fundados, en ocasión de

resolver sobre tales inconformidades, adicionarán al Expediente Disciplinario a que se contrae el párrafo anterior los documentos que resulten de sus actuaciones.

ARTÍCULO 54.- Copia de las resoluciones dictadas o escritos fundados de las autoridades competentes imponiendo las medidas disciplinarias correspondientes, así como – en su caso – de aquellas resolviendo los Recursos presentados, una vez concluido el proceso disciplinario, se remitirán a la entidad facultada para ejecutar la asistencia técnica en el exterior que envió al colaborador.

Adicionalmente, en los casos en que resultó impuesta la medida disciplinaria de Revocación de la Misión o de Expulsión de la Misión, y una vez concluido el proceso disciplinario, el expediente disciplinario conformado se remitirá a la entidad facultada para ejecutar la asistencia técnica en el exterior que envió al colaborador.

## CAPÍTULO IX

### DE LOS RECURSOS

ARTICULO 55.- Contra las decisiones adoptadas en primera instancia por la Comisión Disciplinaria de Base, o en su caso por la Comisión Disciplinaria del Estado, podrá interponerse Recurso de Reforma, ante la Comisión Disciplinaria del Estado o Provincia o, dado el caso, la Comisión Disciplinaria Central, mediante escrito presentado por conducto de las Comisiones Disciplinarias de Base, o del Estado o Provincia, según corresponda, dentro de los cinco (5) días hábiles siguientes a la notificación de la resolución dictada o escrito fundado.

ARTICULO 56.- La Comisión Disciplinaria de Base, o en su caso la Comisión Disciplinaria del Estado o Provincia, según corresponda, una vez recibido el Recurso de Reforma procederán, dentro de los cinco (5) días hábiles siguientes a su recepción, a elevarlo conjuntamente con el expediente disciplinario a la Comisión Disciplinaria de Estado o Provincia – o en su caso a la Comisión Disciplinaria Central, según compete -, la cual analizará el caso emitiendo su decisión conclusiva dentro de los diez (10) días hábiles siguientes a la fecha de haber recibido el expediente disciplinario.

ARTICULO 57.- Contra las decisiones adoptadas en primera instancia por la Comisión Disciplinaria Central podrá interponerse por el colaborador inconforme Recurso de Reforma, ante esa propia Comisión Disciplinaria, dentro de los cinco (5) días hábiles siguientes a la notificación de la resolución dictada o escrito fundado; la cual analizará el caso emitiendo su decisión conclusiva dentro de los diez (10) días hábiles siguientes a la fecha de haber recibido el expediente disciplinario.

ARTÍCULO 58.- Cuando por la gravedad o complejidad de un caso sea necesario practicar verificaciones, investigaciones o cualesquier otra diligencia comprobatoria, la

adopción de la decisión podrá posponerse por el tiempo que duren dichas diligencias, las cuales no podrán exceder de diez (10) días naturales.

ARTÍCULO 59.- Contra las decisiones conclusivas dictadas, en su caso, por la Comisión Disciplinaria del Estado o Provincia, o por la Comisión Disciplinaria Central, podrá interponerse Recurso de Apelación ante el funcionario de la Misión Estatal cubana en el país que tenga a su cargo la atención de la actividad de colaboración; Recurso que deberá presentarse mediante escrito del colaborador, y por conducto de la Comisión Disciplinaria cuya decisión se impugna, dentro del término de siete (7) días hábiles siguientes a la notificación de la resolución o escrito fundado que resuelve el Recurso de Reforma.

ARTÍCULO 60.- El funcionario a cargo de la actividad de colaboración en la Misión Estatal, se pronunciará dentro de los treinta (30) días hábiles siguientes a la fecha de recibido el Recurso de Apelación.

ARTÍCULO 61.- Contra lo resuelto por el funcionario de la Misión Estatal cubana en el país que tenga a su cargo la atención de la actividad de colaboración, podrá interponerse Recurso de Alzada ante el Jefe del Órgano u Organismo de la Administración Central del Estado, o entidad nacional, de procedencia del colaborador.

ARTÍCULO 62.- Cuando excepcionalmente, y atendiendo a la gravedad extrema de la infracción cometida, sea necesario, una vez notificado de la decisión de la Comisión Disciplinaria, el regreso inmediato del colaborador a Cuba, podrá éste, por conducto de la entidad facultada para ejecutar la asistencia técnica en el exterior que le envió, interponer ante la correspondiente Comisión Disciplinaria del Estado o Central, según corresponda, el Recurso de Reforma.

El Recurso de Reforma a que se contrae el párrafo precedente se interpondrá dentro de los treinta (30) días hábiles siguientes a la notificación de la resolución dictada o escrito fundado de imposición de la medida disciplinaria.

ARTÍCULO 63.- Inconforme el colaborador con la decisión de la Comisión Disciplinaria del Estado o Central, según corresponda, contará con un término de treinta (30) días hábiles, contados a partir de la notificación de la resolución dictada o escrito fundado, para interponer Recurso de Apelación ante el funcionario a cargo de la Colaboración en la Misión Estatal del país donde prestó servicios, siempre por conducto de la entidad facultada para ejecutar la asistencia técnica en el exterior que le envió.

ARTÍCULO 64.- El Recurso de Alzada se presenta por escrito ante el jefe del Órgano u Organismo de la Administración Central del Estado, o entidad nacional de procedencia del colaborador.



ARTÍCULO 65.- A partir de que la autoridad competente recibe el Recurso interpuesto cuenta con un término de treinta (30) días hábiles para pronunciarse con relación a su admisión.

La decisión de la autoridad competente en relación con la no admisión del Recurso interpuesto será comunicada por escrito al recurrente.

ARTÍCULO 66.- El Recurso de Alzada será resuelto dentro del término de sesenta (60) días hábiles contados a partir de recibir el expediente disciplinario.

Excepcionalmente dicho término podrá ser prorrogado por un período igual si las condiciones del caso así lo requieren.

ARTÍCULO 67.- Si el Recurso de Alzada se declara con lugar, o lugar en parte, se dicta resolución con el resultado que corresponda.

Si el Recurso de Alzada se declara sin lugar, se dictará la resolución correspondiente.

ARTÍCULO 68.- El término para la presentación del Recurso de Alzada es de seis (6) meses, contados a partir de la fecha de notificación de lo decidido por el funcionario a cargo de la actividad de colaboración en la Misión Estatal resolviendo el Recurso de Apelación.

ARTÍCULO 69.- Ante la ocurrencia de supuestos de fuerza mayor, le asistirá al colaborador el derecho de presentar el Recurso de Alzada hasta un término no mayor de sesenta (60) días naturales posteriores a la desaparición de la situación que originó la misma.

Al objeto de lo establecido en el párrafo precedente se considerará como fuerza mayor a aquellos acontecimientos imprevisibles o, aunque previsibles, inevitables, que hayan imposibilitado la presentación de los Recursos de Reforma o Apelación establecidos en este Reglamento.

## CAPÍTULO X

### DE LA REHABILITACIÓN

ARTÍCULO 70.- La rehabilitación de un colaborador que haya prestado o esté prestando servicios en el exterior, y que durante el cumplimiento de su misión fuese objeto de una medida disciplinaria, se declara cuando transcurre el término de rehabilitación que estableció la autoridad facultada al imponer la medida disciplinaria, dentro de los límites dispuestos por el Artículo 71 de este Reglamento, y siempre que el infractor no haya sido nuevamente sancionado.

El Jefe de la Misión del sector donde presta sus servicios el colaborador sancionado, o el jefe del Órgano, Organismo de la Administración Central del Estado o entidad nacional de procedencia del colaborador, según proceda, de oficio o a solicitud del interesado, efectúa la rehabilitación de aquel a quien se le haya aplicado una medida disciplinaria; la cual consiste en

la emisión de una resolución o escrito fundado que así lo exprese.

De modo excepcional, y mediante resolución o escrito fundado, podrá disponerse la rehabilitación antes del vencimiento de los términos establecidos, cuando el colaborador mantiene un comportamiento ejemplar o se destaca por alguna actitud meritoria.

ARTÍCULO 71: Los períodos de tiempo fijados para la rehabilitación por la aplicación de las medidas disciplinarias señaladas en el Artículo 10 del presente Reglamento serán los siguientes:

a) seis (6) meses para la medida disciplinaria de Amonestación Pública ante su colectivo de colaboradores o ante los funcionarios de la Misión Estatal, según la gravedad del hecho;

b) un (1) año para las medidas disciplinarias de Multa, Pérdida Temporal del estímulo en pesos convertibles al que tiene derecho el colaborador una vez cumplida la misión, Traslado del Puesto de Trabajo dentro del propio distrito o ciudad, con condiciones laborales diferentes a las que tenía, y Traslado de Puesto de Trabajo a otro distrito o zona dentro del país receptor de la misión con condiciones de trabajo diferentes a las que tenía;

c) dos (2) años para la medida disciplinaria de Democión del cargo;

d) cinco (5) años para la medida disciplinaria de Revocación de la Misión; y

e) diez (10) años para la medida disciplinaria de Expulsión de la Misión.

El término de rehabilitación se interrumpe cuando durante su transcurso el infractor comete una nueva infracción de la disciplina. En este caso la rehabilitación se produce cuando transcurra el término establecido para la primera rehabilitación más el correspondiente a la segunda.

ARTÍCULO 72: La rehabilitación conlleva la extracción de la resolución dictada o escrito fundado impositores de la medida disciplinaria, y de cualquier otro documento relativo a dicha medida del expediente laboral del colaborador.

SEGUNDO: Responsabilizar a los jefes de las entidades facultadas para ejecutar la asistencia técnica que Cuba brinda a otros países con la notificación a cada colaborador, con antelación a su salida, del contenido del Reglamento Disciplinario que aprueba esta Resolución.

TERCERO: Los funcionarios de la Misión Estatal cubana en el país, que tengan a su cargo la atención a la actividad de colaboración en el exterior, quedan encargados de informar a los trabajadores cubanos que actualmente prestan servicios en el exterior como colaboradores, el contenido del Reglamento Disciplinario que se aprueba por esta Resolución.

CUARTO: Los expedientes disciplinarios que se encuentren incoados con anterioridad a la puesta en vigor del Reglamento Disciplinario que por esta Resolución se

aprueba, seguirán tramitándose por el Reglamento establecido por la Resolución N° 38, de fecha 27 de junio de 2005 dictada por la Ministra para la Inversión Extranjera y la Colaboración Económica.

QUINTO: La Dirección de Colaboración del Organismo queda encargada de controlar y fiscalizar el cumplimiento de lo establecido en la presente Resolución.

SEXTO: Los ministerios de las Fuerzas Armadas Revolucionarias y del Interior, teniendo en cuenta la política y los lineamientos trazados y las características de dichas instituciones, aprueban, en cuanto a la materia a que se contrae esta Resolución, las normas y disposiciones que corresponda aplicar a sus colaboradores.

SÉPTIMO: Se deroga la Resolución N° 38, de fecha 27 de junio de 2005, de la Ministra para la Inversión Extranjera y la Colaboración Económica.

OCTAVO: Esta Resolución entrará en vigor a los noventa (90) días posteriores al de su firma.

DESE CUENTA de esta Resolución al Vicepresidente del Consejo de Ministros encargado de la atención del Organismo, y al Secretario del Comité Ejecutivo del Consejo de Ministros.

COMUNÍQUESE la presente a los Jefes de los Órganos y Organismos de la Administración Central del Estado y de las entidades nacionales, a los Viceministros, Directores, Delegados Territoriales del Organismo y a los jefes de las entidades pertenecientes al mismo, y a los Jefes de las Misiones Estatales en el exterior.

ARCHÍVESE el original en la Dirección Jurídica de este ministerio.

DADA en Ciudad de La Habana, Ministerio del Comercio Exterior y la Inversión Extranjera, a los veintinueve días del mes de marzo de dos mil diez.

Rodrigo Malmierca Díaz

Ministro